

Revolução

VOTO EM BRANCO

VOTO EM BRANCO

VOTO EM BRANCO

VOTO EM BRANCO

VOTO EM BRANCO

VOTO EM BRANCO

VOTO EM BRANCO

VOTO EM BRANCO



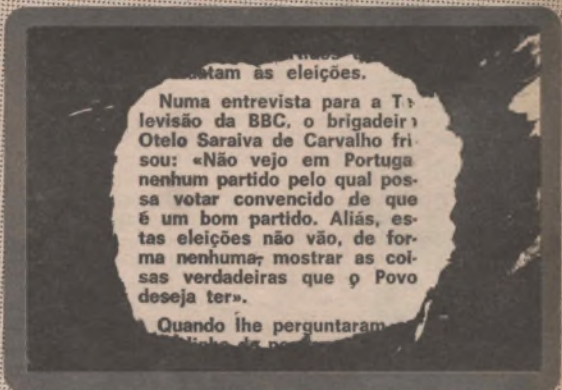
1.º Congresso pró-conselho revolucionários



1.º Congresso pró-conselhos revolucionários



Roma — Portugal não será o Chile da Europa



...tam as eleições.
Numa entrevista para a Te-
levisão da BBC, o brigadeir
Otelio Saraiva de Carvalho fri-
sou: «Não vejo em Portuga
nenhum partido pelo qual pos-
sa votar convencido de que
é um bom partido. Aliás, es-
tas eleições não vão, de for-
ma nenhuma, mostrar as coi-
sas verdadeiras que o Povo
deseja ter».

Quando lhe perguntaram
...

PARTICIPAÇÃO DOS LEITORES

AO POVO PORTUGUÊS

Nós, soldados e trabalhadores fardados, queremos que vocês conheçam a nossa história, em que fomos vítimas de uma traição e, numa altura em que se fala tanto em democracia, deviam prender os nossos chefes que são fascistas e, afinal, fomos nós que acabamos por ser presos! Que raio de democracia é esta? Democracia para nós ou para os nossos chefes?

Se continuamos a comer comida para porcos, se continuamos a receber ao fim do mês uma esmola que nem para o café dá, se continuamos a sofrer as mesmas repressões e maus tratos como no tempo do Marcelo Caetano, se continuamos a ser carne para canhão, se nos continuam a esconder as razões de estarmos em Angola, se somos ainda moços de recados de toda a chicalhada, se continuamos a não poder reunir para zelar pelos nossos interesses, se os chefes militares são os mesmos do antigo regime e são tão fascistas como o Tomás e o Caetano, será que não temos razão para nos revoltarmos para melhorar as nossas condições dentro do Exército? De promessas estamos nós fartos.

Foi por isso que em 12 de Fevereiro, às 3,30h da madrugada, todos nós, soldados do Batalhão de Artilharia 622, aquartelados em Dingué-Cabinda, decidimos sanear o comando! Saimos das casernas e dirigimo-nos à messe dos oficiais pedindo ao comando que nos acompanhasse ao comandante do sector de Cabinda, para assim pedirmos outro comando que nos comandasse como soldados do povo e como homens que somos, e não como máquinas fardadas! Em seguida, pedimos a quatro oficiais (dois capitães e dois alferes milicianos) que assumissem o comando até a situação se resolver, pedido esse que nos foi negado, obrigando-nos a tomar a responsabilidade do quartel. Dirigimo-nos então, cerca de 150 homens em coluna devidamente armados, pois poderia surgir algum ataque da FLEC no percurso até Cabinda, onde fomos expor os nossos problemas e pedir um novo comando.

Chegados ao sector, apresentámos, através de oito de nós os nossos problemas. Depois de sermos ouvidos pelo senhor coronel Fontão comandante do sector de Cabinda, foi-nos dito que toda a responsabilidade do quartel assim como a sua segurança caía sobre nós. Foi-nos dito também que regressássemos ao quartel e que aguardássemos ordens. Quando lá chegámos, vimos a alegria de todos os nossos camaradas ao verem que estávamos livres do comando fascista que nos reprimia.

Realizámos imediatamente uma reunião no refeitório onde esteve presente um capitão do MFA para

tentar resolver as questões que havia entre nós e os oficiais e sargentos, que desde o princípio nunca concordaram com a nossa atitude e até a atacaram ferozmente.

Por isso, abandonaram o quartel deixando-o entregue a nós, soldados.

Com o quartel nas nossas mãos, desde logo começámos a viver grandes momentos de alegria porque éramos nós que mandávamos em nós próprios. Com disciplina, unidade, camaradagem sem limites, fizemos tudo sem precisar de ninguém a reprimir-nos. Efectuámos reuniões para reforçar a nossa unidade, e para resolver as questões da direcção do quartel, e podemos afirmar que tudo decorreu de uma forma democrática e popular, chegando à conclusão de que éramos capazes de dirigir os destinos do quartel sem estarmos sujeitos aos ditadores, que eram os nossos comandantes! Melhorámos a qualidade da alimentação, reforçámos os postos de vigilância e até café servimos aos nossos camaradas que estavam nos postos, o que pode provar que havia entre nós um espírito de autêntica fraternidade e solidariedade. Elegemos uma comissão de 10 camaradas nossos para melhor distribuir as tarefas entre todos. Os mecânicos continuaram a trabalhar e os enfermeiros a tratar dos doentes como até ali não se tinha visto, as transmissões continuaram a funcionar normalmente, os trabalhos de limpeza foram feitos com um entusiasmo nunca visto, as rondas externas fizeram-se, e até voluntários apareceram para fazer rondas aos postos durante a noite, o que nunca tinha acontecido antes!

Resumindo: chegámos à conclusão que, quando nos unimos, constituímos uma força inseparável! Aprendemos a organizar-nos e a lutarmos pelos nossos legítimos interesses, correndo com os nossos opressores! Esta experiência nunca mais será esquecida por aqueles que a viveram.

Mas a nossa alegria pouco tempo durou, pois a repressão depressa se fez sentir. Ao fim de 48 horas de alegria, unidade e responsabilidade criadas por cada um de nós, o quartel foi cercado por um aparato militar, parecendo que estavam a cercar um covil de criminosos e não um quartel onde se encontravam soldados fiéis à justa luta do povo português. Esse aparato militar era composto por: 2 caças Fiat's, um bombardeiro, uma companhia de comandos, dois pelotões da PM, 3 auto-metralhadoras Panhard e uma companhia de caçadores. Enfim, toda uma força militar para nos atemorizar e fazer-nos recuar na

nossa justa luta.

Verificando que estávamos cercados, nós, soldados do BART 622, formámos na parada desarmados e aguardámos que nos dessem ordens, pois nunca iríamos virar as armas contra os soldados nossos irmãos. Depois dessas forças entrarem no quartel fomos logo divididos em grupos de 20 (éramos mais de 300). Depois de divididos, 26 de nós foram interrogados de uma maneira pidesca e levados seguidamente para a Casa de Reclusão de Luanda, onde nos encontramos presos há mais de 30 dias.

Sendo os 300 soldados a fazer o saneamento, porque é que 26 foram e estão presos? Certamente que consideraram que houve cabecilhas, mas esquecem-se que havia condições materiais para que todos nos sentíssemos revoltados! Foi um movimento geral de soldados que saneou o comando e não apenas 26 que o fizeram! Querem fazer crer ao povo que houve cabecilhas, mas esquecem-se que os soldados não vêm onde está a diferença entre a repressão a que estavam sujeitos antes e também depois do 25 de

Continuação pág. 4

AQUI E AGORA

"Os filósofos não rompem da terra como os cogumelos - são fruto da sua época, do seu povo". - MARX

Que diriam os nossos companheiros de armas de todo o mundo se vissem "cair" o impacto revolucionário das nossas agulhetas proletárias num parlamento burguês?

Que pensam os agentes nacionais, lacaios fiéis, do imperialismo ocidental, Yankee e do revisionismo social-imperialista "soviético" se o ímpeto numa linha revolucionária justa se "confundisse" numa assembleia de deputados do capital com interesses individualistas e ou sectaristas?

Qual seria afinal, a nossa relação prática e teórica de organização política com o proletariado do nosso país e, consequentemente, com os interesses de todos os povos explorados e oprimidos, se transformássemos a nossa maneira de luta, em tapete dos renegados traidores da classe operária?

Estas minhas interrogações, companheiros, que ao fim e ao cabo são nossas de uma ou de outra forma não pretendem respostas laboratoriais, fixas e imediatas, mas sim, tornar compreensível o princípio da alternativa revolucionária em que nos devemos inserir e, pelo qual, nos devemos tornar responsáveis e conscientes; elas pretendem, de forma simples, "demarcar" (ilimitadamente), o único caminho para a resolução criadora dos nossos problemas: A REVOLUÇÃO SOCIALISTA.

Este é o nosso combate, companheiros. Devemos avançar no sentido de tornar a teoria revolucionária que nos guia porque ela só constituirá força material para derrubar o capitalismo e as diversas formas de exploração do homem pelo homem, quando utilizada pelos nossos braços e pelos dos nossos camaradas camponeses e soldados. A nossa luta, irmãos, terá que desenhar-se em várias frentes, todas elas importan-

tes, todas elas decisivas para a concretização da nossa vitória proletária.

É fundamental recolher ensinamentos de todas as experiências revolucionárias mas é vital reconhecer e reflectir na originalidade da nossa situação.

É essencial uma análise e um conhecimento político coerente a todos os níveis, da realidade objectiva actual para, e então sim, cercarmos radicalmente a implantação burguesa-capitalista e latifundiária, no nosso país e no mundo. Aproveitemos a tréguas dos rafeiros burgueses!

Explorados o capitalismo é neste momento a falência de um sistema que realizou a sua função histórica mas que continuará a existir explorando e oprimindo enquanto se propuserem alternativas desenvolvimentistas e reformistas até que o internacionalismo militante o esmague.

A crise actual deste sistema e particularmente em Portugal, não conduzirá ao equilíbrio entre as duas principais forças antagónicas existentes mas, permitir-nos-á optar por uma única via: ou a via capitalista com aparelho de estado fascizante estilo Pinochet; ou a tomada do poder pelos operários, camponeses e soldados revolucionários.

Uma terceira via possível, de carácter conciliador, exercer-se-ia posteriormente na prática, pela "via Pinochet".

Visto isto instaurar uma sociedade onde as modificações económico-políticas e sociais não constituam um limite mas promovam, isso sim, a transformação do nosso modo de "estar-no-mundo" e consequentemente, da nossa forma de raciocínio, é uma tarefa proletária, é um dever de todos os revolucionários.

Camaradas, em todos os momentos, existirmos é responder a desafios.

Castro

Porta-Voz do PARTIDO
REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO
BRIGADAS REVOLUCIONÁRIAS



Revolução

NACIONALIZAÇÕES ao serviço de quem?

Passado que era já um mês sobre a nacionalização da banca e dos seguros, surge-nos agora a nacionalização de importantes sectores básicos da economia (siderurgia, indústrias de refinação de petróleos, empresas de transportes aéreos e marítimos, energia eléctrica e gás, agricultura). Tentemos pois, analisar ainda parcialmente, alguns novos e importantes aspectos que decorrem das referidas decisões.

Assim, em vez de embandeirarmos arco, deitarmos

os foguetes e fazermos a festa, como têm feito os reformistas, interessa-nos mais saber:

1 Como surgiram e quem constituiu as actuais comissões administrativas.

2 Continuam ou não os trabalhadores dos sectores nacionalizados a ser explorados.

3 Qual a natureza do Estado que dirige os referidos sectores da economia.

4 Que plano de crédito vai existir e que indemnizações vão ser feitas.



cujos trabalhadores já são explorados porque o patrão é o grande, médio ou pequeno empresário.

A questão que aqui se tem que pôr, é a de que não é a forma jurídica dos meios de produção que define o capitalismo; a questão principal está em saber qual a natureza do actual poder de Estado, e não se a propriedade dos meios de produção é pública ou privada.

E dizemos isto porque, podia, por hipótese, toda a economia estar nas mãos do Estado e, nem por isso, deixava obrigatoriamente de existir o capitalismo em Portugal — tratar-se-ia de Capitalismo de Estado, se não houvesse gestão por parte dos trabalhadores.

Qual é, pois, a natureza do Estado em que vivemos? Decerto que não é um Estado que os trabalhadores controlam e gerem, isto é, um Estado em que o trabalhador não é dirigido e explorado por um aparelho exterior a si próprio. O Estado em que vivemos é um Estado Capitalista agonizante, no qual os reformistas, que detêm agora importantes franjas do poder económico, tentam colocar toda a espécie de remendos, colaborando para isso na gestão do Capitalismo Monopolista de Estado.

Aquilo a que os reformistas chamam "Estado amplamente democrático", e que corresponde à sua estratégia antimonopolista, não é mais que uma nova forma de administração do Capital, e nada tem a ver com o Estado Socialista.

QUE PLANO DE CRÉDITO?

4 Articulando-se com tudo isto, surge-nos a questão do Plano de Crédito a elaborar, bem como de saber a quem se concedem indemnizações.

Não sendo os trabalhadores quem gere as suas empresas, que sentido têm as expressões como "a banca ao serviço do povo" e "agora todos temos que trabalhar muito"? E, nestas circunstâncias quem é que vai elaborar o Plano de Crédito? Certamente que não são os trabalhadores...

Diz-se que vão acabar os empréstimos para despesas luxuosas, para especulações, para comprar qualquer artigo supérfluo. Até aqui tudo bem. Mas diz-se também que os empréstimos vão ser canalizados para as pequenas e médias empresas, e fala-se em indemnizar certos accionistas. Isto é, o Estado dito "amplamente democrático" empresta dinheiro àqueles que são os patrões explicitamente mais responsáveis pela existência de 300000 desempregados em Portugal! É o cúmulo da "miopia" política e da colaboração de classes!

A propósito da luta contra os pequenos patrões, dizia Lenine em Abril-Maio de 1920 (obras escolhidas, edição francesa tomo II, pag. 368, "A doença infantil do comunismo"):

É mil vezes mais fácil vencer a grande burguesia centralizada, do que vencer os milhões e milhões de pequenos patrões; estes, pela sua

actividade quotidiana, usual, invisível, inapreensível, dissolvente, desempenham os mesmos resultados necessários à burguesia, que restauram a burguesia".

Sem dúvida que Lenine reconhece como "muito longo, muito lento e muito prudente" o trabalho de redução dos pequenos patrões, pois estes "envolvem o proletariado por todos os lados, com um ambiente pequeno burguês, penetram, corrompem e suscitam constantemente no seio do proletariado recidivas de defeitos próprios da pequena burguesia, falta de carácter, dispersão, individualismo, passagem do entusiasmo ao abatimento".

Não é pois, senhores reformistas, com o apoio a estes extractos da burguesia, que se luta pela extinção do capitalismo!

Analogamente em relação à muito possível indemnização aos pequenos accionistas. Que saibamos, os operários não são accionistas dos bancos ou de qualquer empresa, e um pequeno accionista só não é grande accionista porque ainda não o conseguiu — a ambição de qualquer accionista é adquirir o maior número possível de acções, pelo que o Estado está a indemnizar, qualquer que seja a forma como o faz, indivíduos claramente capitalistas, senão de facto grandes capitalistas, pelo menos em ambição e em potência.

AS COMISSÕES ADMINISTRATIVAS

1 As actuais Comissões Administrativas têm sido nomeadas pelo Primeiro Ministro, com base nas propostas nominais feitas pelas Direcções dos Sindicatos em questão (casos da banca e dos seguros).

Se bem que o prazo para a nomeação seja provisório (90 dias), não se admite que os trabalhadores sejam geridos por pessoas que lhes aparecem, na prática, impostos pela cúpula do seu Sindicato. Com efeito, na maioria das empresas até agora nacionalizadas, não existiu um debate prévio em Reunião Geral de Trabalhadores (ou, pelo menos, em qualquer outra estrutura directamente controlada pelos trabalhadores), com vista à elaboração das Comissões Administrativas; daqui que as Direcções reformistas tenham, com toda a naturalidade, avançado com os seus elementos...

Deste modo, uma vez mais se sobrepõem os interesses partidários

aos dos trabalhadores, podendo, pois afirmar-se que a nomeação das Comissões Administrativas tem sido antidemocrática.

Ao fazermos esta crítica queremos, todavia, deixar bem claro que não pretendemos iludir a difícil questão (que não tem cabimento ser tratada neste artigo), que é a da necessidade de utilização de técnicos, isto é, de especialistas (todos eles vindos de famílias burguesas e a maioria deles bem instalados na vida...), na reestruturação da economia dum Estado controlado pelos trabalhadores.

Não é, pois, a ocupação de Comissões Administrativas por especialista o que condenamos (lembra os especialistas tenham que ser controlados e vigiados pelos trabalhadores); o que condenamos é o modo como (não) foram escolhidos.

A EXPLORAÇÃO DOS TRABALHADORES

2 Nos sectores nacionalizados a exploração continua; com efeito, não só continuam os salários a serem distribuídos segundo um critério hierárquico, atendendo à produtividade e à qualificação do trabalhador, como não são estes quem controla e gere as suas empresas.

Deste modo é mantida a separação entre dirigentes e dirigidos, com a diferença que os dirigentes passaram a ser os reformistas.

De resto, como poderia ter terminado a exploração dos trabalhadores, se estes ainda não têm o poder (ou, pelo menos, as franjas decisivas dum poder paralelo) nas suas mãos?

Para que se controle alguma coisa é necessário ter o poder. Poder que não se resume a controlar, mas que tem que se encaminhar no sentido da gestão pelos trabalhadores ou, provisoriamente, da gestão por técnicos severamente vigiados por trabalhadores.

ESTADO CAPITALISTA

3 Mas seria possível a existência de sectores da economia (nacionalizados ou não, pouco importa a diferença) em que desaparecesse a exploração, em que se criassem novas relações de produção, constituindo esses sectores como que ilhas isoladas no meio das relações de produção capitalistas?

É evidente que não, pois esses sectores da economia integram-se na globalidade da economia nacional, submetendo-se pois às leis gerais do modo de produção dominante. E a verdade é que não existem, por um lado, empresas cujos trabalhadores não são explorados (por o patrão ser o Estado) e, por outro lado, empresas

O QUE SE DISCUTE É QUEM TEM O PODER

De tudo o que ficou atrás dito, resulta que, não obstante existam alguns elementos revolucionários no MFA, a verdade é que os reformistas passaram a deter não apenas largos sectores do poder político, mas também importantes franjas do poder económico.

Assim, as nacionalizações até agora feitas enquadram-se na sua política suicida antimonopolista, na medida em que ou existe um modo de produção dominante capitalista ou, então, existe um modo de produção dominante socialista. Que saibamos, não existe um modo de produção antimonopolista...

Os problemas dos trabalhadores não se resolvem com soluções de remedeio em que se colabora e auxilia o capital privado, e em que se toma de assalto (e antidemocraticamente), o Capital

público; por isto, repetimos que não é através da gestão do Capitalismo Monopolista de Estado que os reformistas, coligados no IV Governo Provisório a directos representantes da burguesia (PS, PPD), conseguem acabar com a exploração a que estão sujeitos os trabalhadores. Pelo contrário — continuam apenas a agravar a situação económica, e a colocar como cada vez mais autêntico o dilema FASCISMO ou SOCIALISMO.

Só através da Revolução Socialista, da tomada e exercício do poder pelo proletariado, se porá fim à exploração da burguesia, esteja ela nos grandes monopólios ou nos reformistas e capitalistas instalados no actual poder constituído.

Não são as soluções reformistas que resolvem os problemas da classe operária, pelo que só a articulação cada vez mais sólida entre os militares revolucionários (soldados, marinheiros e alguns oficiais do MFA), organização autónoma da classe operária e revolucionários, com ou sem partido, poderá levar por diante a Revolução Socialista.

Mas para que a articulação entre estas três componentes seja real, há que criar, com toda a urgência, nos locais de trabalho (fábricas e campos) e nos quartéis, Conselhos Revolucionários eleitos democraticamente, os quais, sendo permanentemente revogáveis, constituem na actual fase do processo revolucionário em Portugal, a forma superior de organização da classe.

MADEIRA

CRECHE POPULAR

Os núcleos do PRP-BR e a LUAR no Funchal, apoiados por grande número de populares, ocuparam uma vivenda já há vinte anos que estava fechada.

No momento da ocupação foi distribuído um comunicado do qual transcrevemos:

"Não contentes em nos explorar nos nossos lugares de trabalho os senhores capitalistas exploram-nos também nos direitos essenciais à vida.

Um dos problemas mais graves com que lutamos é aquele que diz respeito à assistência às crianças; há falta de clínicas (ao serviço dos trabalhadores), de jardins infantis, de creches, etc.

Nós pensamos que este problema tem de ser resolvido imediatamente, e só nós podemos resolvê-lo".

Este acto revolucionário (e primeira ocupação de casas na Madeira) e também um convite a



Assim quando criam postos de saúde, escolas ou creches é sempre para os senhores ricos, esquecendo-se propositadamente as classes trabalhadoras. Ora, isto não pode continuar; quem trabalha é quem deve ter a prioridade. Mas não devemos estar à espera que seja o Governo, ainda ao serviço do capital, que venha resolver esta situação. Temos de ser nós, gente trabalhadora, que pela nossa luta, pela nossa organização, e iniciativa, quem os vai resolver.

todos os trabalhadores para a luta contra os exploradores capitalistas, que têm uma casa na cidade, um apartamento na capital, uma casa na praia, uma quinta na montanha etc, enquanto milhares de trabalhadores vivem em bairros miseráveis.

Em frente pela auto-organização dos trabalhadores!

PELA REVOLUÇÃO SOCIALISTA

O Núcleo do PRP-BR da Madeira.

AO POVO PORTUGUÊS

(Continuação da pág. 2)
Abril. Será que a reacção parte de soldados ou de generais tipo Spínola? Porque é que são os soldados vítimas de perseguição quando os verdadeiros fascistas continuam em liberdade! Será que nós podíamos suportar o senhor major Leiria Pires, segundo comandante, que chegou a dizer que defendia a existência de polícias do tipo da PIDE, e que era o nosso principal inimigo? E o senhor capitão Manuel José Monteiro, que nos dizia que não podíamos adoecer (devemos dizer que só o nosso batalhão já tinha mais de 150 casos de paludismo, devido ao clima doentio e à fraca alimentação que nos davam) sem preenchermos um papel a dizer que estávamos doentes. Nós não somos médicos! E o senhor major João Soares de Carvalho que chegou a agredir alguns de nós? E o senhor tenente coronel Rafael Guerreiro Ferreira que era nosso comandante e que se fartou de nos fazer promessas, e quando nós quisémos saber o que é que ele tinha ido fazer a Luanda, abandonou a reunião nas nossas

barbas, dizendo que não tinha mais nada para dizer?

Cheira-nos qua afinal não somos nós os rebeldes porque já têm acontecido alguns casos idênticos em Angola! Foi com o batalhão de caçadores 4911 e com a companhia de caçadores 4245, por exemplo! Muita confusão há no exército português! Nós pensamos que o mal está todo na chicalhada que à nossa custa fazem prédios, ganham vinte vezes mais do que nós, tratam-nos como cães e dão-nos merda para comer! Toda a gente sabe que os sargentos chicos se orientam à grande à custa do dinheiro da nossa comida!

Queremos que os soldados aí em Portugal saibam tudo o que se está a passar! Queremos uma autêntica justiça que nos liberte e que prendam esses bandidos que engordam como porcos enquanto nós vamos caindo doentes de fracos que estamos. Porque é que a chicalhada também não come o que nós comeremos? Não temos uma boca igual à deles?

Um soldado

A CLASSE OPERÁRIA MANIFESTA-SE OS REVISIONISTAS OPÕEM-SE

Convocada pelo Sindicato Livre da Construção Civil do Funchal, realizou-se no dia 19 de Março

pelas 15 horas, a maior manifestação até hoje vista nesta cidade, cerca de 15 000 trabalhadores fizeram mais uma vez tremer as raízes burguesas entranhadas na sociedade capitalista.

A manifestação organizada pelo Sindicato decorreu da melhor maneira foi uma verdadeira vitória dos operários da construção civil e de todos os trabalhadores.

O poder da classe trabalhadora não se deixou ficar indiferente, a ela aderiram vários sindicatos e diversos partidos políticos "Operários, trabalhadores rurais, Pescadores e Revolucionários", todos na mesma luta "Contra o Desemprego e o Alto Custo de Vida", visto ser uma das maiores

lutas de todos os proletários contra o capitalismo.

Mais uma vez vimos quem está com os trabalhadores; os partidos da coligação em nada se manifestaram estar ao lado da classe trabalhadora, pelo contrário o partido revisionista P. C. P., mais uma vez provou de que lado está emitindo um comunicado nestes termos:

"A monstruosa campanha anti-comunista dos últimos meses, a intensificação da sabotagem económica... a agudização artificial dos conflitos sociais... constituíram no seu conjunto uma grande ofensiva contra-revolucionária.

...Acabamos de sair há pouco de mais uma tentativa da reacção... Assistimos novamente, passados poucos dias à utilização dos mesmos processos.

Assim, convocam-se manifestações em horas de trabalho, paralisando a economia; procura-se o confronto propositado com a polícia etc...

Não podemos deixar de condenar tais atitudes como aventuras perigosas, que em nada contribuem para a consolidação e avanço do processo revolucionário, nem servem os interesses dos trabalhadores que nelas irão ser envolvidos."

Os trabalhadores sabem quem são os seus inimigos, e a prova está: quando a manifestação passou em frente da sede do PCP gritou-se: "Abaixo o P. C. P. Viva o Comunismo! Viva a Classe Operária.

Funchal, 20 de Março de 1975

Núcleo regional do P. R. P. — B. R.

DOS LEITORES

UMA CARTA

Camaradas:

O MFA vai-se radicalizando e adaptando cada vez mais ao avanço do Povo português na luta pelo socialismo. O capitalismo vai apodrecendo e o socialismo tem que se ir construindo desde já. Considero que nesta altura da evolução vocês devem dar todo o apoio ao MFA. Parece não haver possibilidades da reacção interna tentar sequer levantar a cabeça.

O maior perigo para a construção do nosso socialismo português (que será original sem dúvida por ser comandada pelo exército que se vai politizando e conhecendo por quem luta — e não por quaisquer flores de retórica literária apresentada por qualquer P. S.) é neste momento a NATO, CIA e ELP. A "Capital" revelou há tempos que o ELP era a máscara da

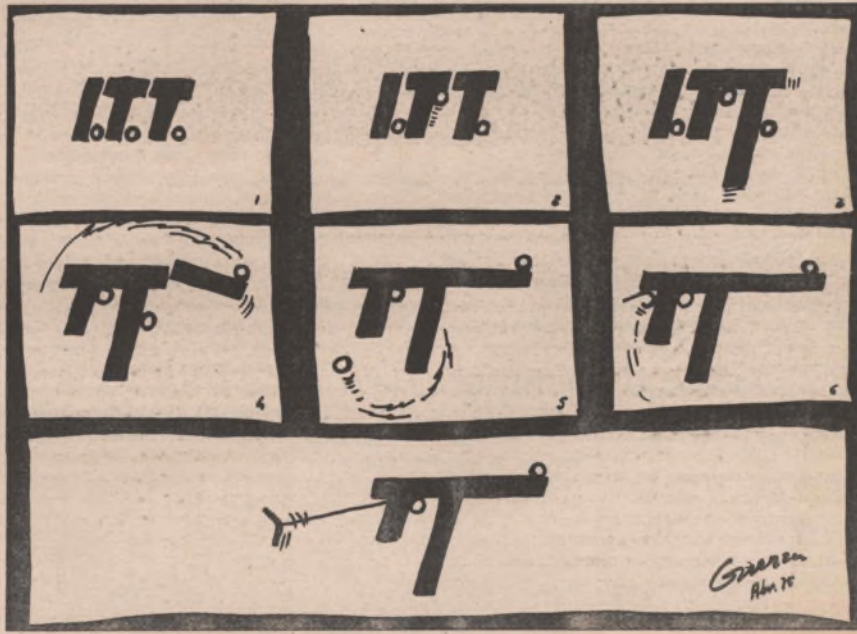
CIA para intervenção em Portugal. O ELP está a ser fortemente financiado e publicitado pela burguesia fascista europeia. Franco está a dar-lhe grandes facilidades de movimento — vide a visita de Jeuscher e a anterior já, de Straub. A burguesia imperialista europeia vai-nos isolando — enquanto os revisionistas continuam a fazer o seu jogo do silêncio, da chicalhada. O MFA vai dando mostras (embora com contradições temporárias compreensíveis por falta de politização profunda) de que quer servir o Povo Português. Creio que ele merece ajuda sincera e consciente da vossa parte. Exorto-vos a colaborar com ele na preservação da independência nacional e na defesa pelos interesses do Povo Português. A hora é de luta, de

vigilância e alerta, camaradas. A fronteira espanhola poderá vir a ser o alvo do ELP assim como as nossas praias poderão vir a ser da NATO. Portanto, mais uma vez, companheiros vos peço e exorto a unirem os vossos esforços em comum se for preciso com o MFA para a defesa da liberdade, da democracia, do socialismo, do poder democrático e popular e finalmente do comunismo sem exploradores.

Um abraço forte e cheio de fé e esperança no vosso patriotismo.

Que a tradição de independência nacional iniciada por D. Afonso Henriques contra D. Teresa vendida ao estrangeiro (F. Peres de Trava) ressurgir jovem e firme no nosso Portugal.

A. F.



Um soldado

A LUTA DOS TRABALHADORES TEXTILFER



“Os 19 operários da Textilfer (produção de tecidos para confecção — indústria têxtil estão em luta, ocupando a fábrica...”

Estão apostados em impedir pelos seus meios que os capitalistas ganhem terreno na implantação da opressão; isto por razões de ordem política: CLASSE CONTRA CLASSE” (in Comunicado dos trabalhadores)

Na altura em que iniciaram esta luta que agora decorre, auferiam salários entre 1.200\$00 e 18 000\$00 (“que era o do vendedor que neste momento não está e provavelmente não estará”).

REVOLUÇÃO: De quando data a origem da vossa luta?

TRABALHADORA— Desde o 25 de Abril; aliás, antes do 25 de Abril. Por motivos salariais começamos a luta, mas as pessoas não se juntaram, não tiveram força. Depois do 25 de Abril fomos a uma reunião do sindicato e viemos falar com o patrão; ele disse logo que estava bem, que dava tudo, que pagava tudo que estivesse estipulado, só pedia que não fizéssemos distúrbios, nem paralizações de trabalho, nem greve nem coisa nenhuma. Dava tudo quanto nós assinássemos desde que não fosse descomedido.

Mas chegou-se ao tempo de dar e não deu mesmo. Mandou cá vir um delegado sindical que ainda veio dizer a favor dele; apenas não desmentiu que já saíra isso dos ordenados mínimos.

Outro **TRABALHADOR**— É de notar que um ano depois do 25 de Abril ainda há aqui muitas pessoas que não recebem o mínimo nacional.

Uma **TRABALHADORA**— Desde essa altura a comissão que se formou não funciona, porque achou que eu a tinha sujado, porque não aceitei ordenado (quando o patrão nos quis pagar) que não fosse o mínimo nacional; mas não a sujei, porque se todos tivessem feito o mesmo, já todos recebiam os 3.300\$00.

Depois disso houve problemas com o décimo terceiro mês que ainda não recebemos, porque ele alegava que não tinha dinheiro para pagar... Mas tinha. E agora aconteceu isto: Recebemos um telefonema do patrão a dizer que estava em Espanha, que tinha ido visitar o pai, mas nós andamos desconfiados de muita coisa, e como não podíamos parar...

REVOLUÇÃO: Qual a razão principal da vossa luta?

OUTRO **TRABALHADOR**— A principal, uma vez que estamos inseridos neste sistema, terá que ser a independência e ela consegue-se à custa do trabalho que estamos a fazer. Queremos mantermo-nos indepen-

dentes, não só no aspecto económico, mas também no aspecto de ideologias políticas, etc. nós cá dentro somos trabalhadores e é isso que fazemos. Sabemos que temos que negociar com os departamentos do estado, o que é normal; já tivemos contactos com o Ministério do Trabalho, com a Comissão de Apoio às P.M.E.S., com a Federação das Cooperativas; vamos tentar modificar isso, passar de uma empresa de capital para uma em empresa cooperativa, que será dirigida única e exclusivamente, pelos operários, sem influência de mais ninguém em.

Não pretendemos influência do Estado, nem nacionalizações. Nós trabalhadores, sabemos o que temos a fazer e o que queremos. Se saiu um patrão não vamos para aqui buscar outro.

REVOLUÇÃO: Qual a resposta dos departamentos do Estado ao vosso problema?

UM **TRABALHADOR**— Têm sido óptimas. Já lá vão 12 dias que se fizeram os primeiros contactos. Toda a gente nos diz que trabalhemos, que vamos para a frente, que a coisa vai ser resolvida. E quer nos auxiliem muito ou pouco, a nossa vontade supera todos os contras que possam surgir, mas isto tem mesmo que ir para a frente.

REVOLUÇÃO: No entanto, pelo que sabemos, estão dependentes em relação a outras empresas no que diz respeito ao fornecimento de matérias primas.

primeira vista os fornecedores parecem querer-nos apoiar. Já houve um que nos disse que dava matéria prima contra pagamento mas, de um modo geral, parece que há muitos que querem ajudar-nos. Aliás nós temos o apoio dos trabalhadores dessas empresas e é com esse apoio que contamos.

REVOLUÇÃO: Quais são, concretamente, essas empresas?

UM **TRABALHADOR**— Quase tudo empresas têxteis: Fitor, Cifa, etc - uma série delas. De qualquer maneira não temos medo do boicote, contamos com a vontade dos trabalhadores que é muita e é acima de tudo, como os trabalhadores que contamos.

REVOLUÇÃO: Quanto à divisão do produto do vosso trabalho, como entendem que devem fazê-lo?

UM **TRABALHADOR**— Em princípio temos muitas dívidas. Para já pretendemos extrair os nossos salários, e como já foi dito, será reduzido o leque e haverá uma maior justiça. Depois queremos mudar de instalações; isto não é bem apropriado para uma fábrica deste género. Estas instalações eram boas para uma igreja, ou para um café. A trepidação das máquinas provoca instabilidade - qualquer dia rui para aí um prédio

qualquer e cai-nos aqui tudo em cima.

REVOLUÇÃO: Como pensam resolver o problema das especializações?

UM **TRABALHADOR**— O técnico, o indivíduo que fazia os desenhos, era o patrão. O gajo fugiu, o que não quer dizer que não tenhamos possibilidade de os arranjar; os trabalhadores da Simões & Ca. ofereceram-se para nos fazerem os desenhos, o que já é óptimo. Na parte técnica já havia operários especializados.

REVOLUÇÃO: Vimos num comunicado vosso alusões a um tal Rosa Casaco. Vocês querem contar-nos o que se passa?

OUTRO **TRABALHADOR**— O nosso patrão, filho do inspector Rosa Casaco, fugiu para Espanha. Como ele fugiu a única perspectiva que tínhamos era tomar conta disso. Não podíamos ficar de braços

cruzados; é aqui que temos de ganhar o nosso pão; a partir de agora é nosso; e até era bom que ele cá voltasse!...ele assinava e pronto, estava feito.

REVOLUÇÃO: Têm feito algum apelo ao vosso sindicato?

UMA **TRABALHADORA**— Já contactamos com o nosso sindicato e, dos têxteis, e temos sido apoiados em todos os comunicados que temos feito. Têm divulgado a nossa luta junto dos outros trabalhadores e não há

dúvida de que neste sentido eles têm sido bastante úteis.

REVOLUÇÃO: Apoio de partidos políticos?

TRABALHADOR— Nós mantemos independência de qualquer partido político. Aceitamos qualquer ajuda venha ela donde vier, desde que se identifique com as massas de trabalhadores, é preciso ver isso, há que referir ainda que indivíduos de certos partidos nos têm vindo fazer companhia durante a noite, enquanto estamos de piquete

PORTO

CARLOS DUNKEL E FILHOS

O velho patrão Dunkel morreu há dez anos, deixou aos herdeiros esta casa cheia de mercadoria e tudo desapareceu. O débito da casa só aos bancos é de 6.370 contos mas o total sobe a uns 10.000 contos. Isto em dez anos, dá um prejuízo médio de mil contos, nada menos, por ano!

Explicou-nos isto um trabalhador da firma Carlos Dunkel & Filhos, Lda., do Porto, dedicada à importação e comercialização de máquinas para escritório e que era gerida (muito mal) pelo patrão dr. Paulo Pombo, conhecido elemento ligado à ditadura fascista. Entrevistámos dois dos quarenta trabalhadores ali existentes devido à ocupação que impuseram ao verem ameaçados os seus empregos.

— Fomos obrigados a reagir. O dr. Paulo Pombo, que nos chamava “escravos”, dizia sempre quase todos os dias, que a casa ia para a falência. E de facto vinha a fazer tudo para isso, incluindo fraudes na escrita, retiradas ilegais de dinheiro, enfim, sabotagem económica.

Perguntámos qual era a situação actual e as ideias dos trabalhadores quanto ao seu futuro.

— Os patrões não voltam aqui. Isto fica feito tudo com o nosso trabalho. Organizámo-nos para enfrentar a situação mas quanto às dívidas da casa, é claro que nada têm a ver connosco. Os patrões até metiam nas contas as despesas de viagem turística de familiares seus, mas nunca quiseram pagar-nos os vencimentos actualizados do nosso novo C.C.T... Quanto ao que projectamos fazer, pensamos em nos organizar em cooperativa. Será a COOPMAQUE...

— Todos os trabalhadores sejam e apoiem esta solução. Se não houver lucro, dará para manter o pessoal. Comessámos a concretizar as coisas, estudando a fundo o problema. Falámos com os camaradas da cooperativa que foi criada no Eduardo P. Pinto & Filhos, de Campanhã, para aprendermos com eles. Uma ideia inicial era só meter dez ou onze

trabalhadores como sócios mas já começamos a ver que isso não seria justo para com os outros camaradas, que ficariam de fora.

Quisemos então saber se já tinham pensado no problema que sem dúvida constituiria o aparecimento de lucros numa cooperativa completamente gerida e da responsabilidade dos trabalhadores, facto que revelaria que eles estariam nesse caso a explorar os outros (os clientes), isto é, que o grupo dos trabalhadores teria tomado simplesmente o lugar dos patrões não para fazer justiça revolucionária mas para explorar, digamos, como eles, ainda que fossem um grupo de quarenta ou mais.

O debate que surgiu em seguida sobre este assunto interessou francamente os dois entrevistados. A conclusão a que se chegou resume-se do seguinte modo:

Só a Revolução Socialista resolverá bem e por completo o problema dos lucros possíveis. Como a cooperativa prestará “serviços”, isto é, como não será de produção nem sequer de consumo, a nacionalização ou a socialização não são hipóteses previsíveis. Podem contudo imaginar-se desde já determinadas medidas para opor a tal problema, ainda que seja sempre dada à assembleia dos trabalhadores possibilidade de se pronunciar.pronunciar





AMÉRICA

O IMPERIALISMO TEM CÚMPLICES EM S. TOMÉ

A entrevista que se segue, concedida a este jornal por um militante anticolonialista são-tomense, é referente aos graves acontecimentos que ocorreram em S. Tomé e Príncipe no mês passado.

O que se passou foi, em síntese, um golpe de Estado de cariz (neo) colonialista, levado a cabo pela reacção militarista-colonialista portuguesa - encabeçada pelo sinistro coronel Pires Veloso, oficial de "brilhante" carreira em terras africanas, cujas medalhas têm a cor do sangue de tantos patriotas que deram a vida pela libertação da sua pátria e do seu povo, homem que sempre serviu a causa da reacção, do colonialismo e do imperialismo - em conluio com as forças da burguesia são-tomense, defensoras de um São Tomé e Príncipe neocolonizado, explorado pelo imperialismo, de que elas constituem a fachada "nacional".

Estas forças, presentes na cúpula do MLSTP, o movimento de libertação nacional são-tomense, conseguiram, com o apoio das forças armadas colonialistas portuguesas "estacionadas" em São Tomé e Príncipe, do Alto-Comissário e do comandante militar, tenente-coronel Amaral, e em aliança com os colonialistas da ex-Frente Popular Livre, grupo fantoche defensor do "federalismo" spinolista, depois de haverem liquidado a organização de base, progressista, do MLSTP - a Associação Cívica Pró-MLSTP (cujos membros são hoje vigiados e perseguidos, à boa maneira pidesca) vencer a ala progressista e anti-colonialistas, verdadeira defensora dos interesses do povo, dentro do MLSTP.

Actualmente, o governo de transição de São Tomé e Príncipe é constituído por peões do neocolonialismo, como o secretário-geral do MLSTP, Pinto da Costa, e o 1.º Ministro, Leonel d'Alva, que o coronel Veloso maneja à sua vontade, como marionetas, e por indivíduos como Carlos Graça, amigo pessoal do presidente do Gabão, país de quem a cúpula do MLSTP depende bastante (sobre este elemento pendem fortes suspeitas de conluio com a ex-Frente Popular Livre). Outro elemento do novo Governo é Manuel Quaresma da Costa, encarregado da roça "Paciência" (onde os trabalhadores o consideravam um "diabo"), propriedade de um pido, e que foi o representante de S. Tomé no Congresso da ANP, realizado em Tomar, em 1973.

REVOLUÇÃO: Segundo a nossa análise, a recente visita do Alto-Comissário a Lisboa e os graves acontecimentos ocorridos em S. Tomé e Príncipe, estão rela-

cionadas com a tentativa por parte do imperialismo mundial, de conde solidar em S. Tomé um estado neocolonialista. Por estranho que pareça o povo português não tem tido oportunidade de se informar correctamente acerca do que se está a passar no arquipélago. O que nos podem dizer os camaradas acerca destes acontecimentos.

RESPOSTA— O MLSTP é uma organização nacionalista, que tal como as organizações das outras colónias luta pela independência nacional. As condições em que o MLSTP lutou foram bastante difíceis.

Dadas as dificuldades de comunicação existentes no interior e para o exterior durante o regime colonial fascista, o MLSTP (formado em 1960), viu-se bastante limitado na sua actuação. As condições geográficas e demográficas não permitiram o desenvolvimento da luta armada. Daí resultando que no dia 25 de Abril a implantação do MLSTP no interior era bastante deficiente. É neste contexto que surge a Associação Cívica pró-MLSTP. Esta associação é o braço legal do MLSTP e é constituída por militantes antigos do movimento, e por elementos mais novos do movimento. Agrupam-se todos e desenvolvem um trabalho de mobilização e politização no interior.

Teremos no entanto que reconhecer, dado o pequeno período em que se fez este trabalho, que apesar da ampla participação de todo o povo, não foi possível aprofundar a politização que se impunha.

REVOLUÇÃO: Esse trabalho foi feito em que base? Qual foi a linha de actuação seguida pela associação cívica? **RESPOSTA—** Isso é muito importante, porque devido à diminuta possibilidade de contacto da direcção do MLSTP com as massas, não existir qualquer literatura escrita que definisse a ideologia do movimento, existia apenas um programa político, ao qual a associação cívica na sua prática deu um cunho progressista, com base na literatura escrita dos outros movimentos de libertação nomeadamente o PAIGC, FRELIMO e MPLA.

Foi desenvolvida uma luta pela libertação nacional e independência total e imediata, ao qual todo o povo participou amplamente e respondeu sempre. É de realçar que a direcção do MLSTP (sediada no Gabão) era posta ao corrente da actividade no interior, por relatórios feitos por militantes do MLSTP e ao mesmo tempo da ex-Associação Cívica que se deslocavam a Libreville (República do Gabão) para aí por em a direcção do

movimento ao corrente da actividade.

É de notar que a direcção do MLSTP nunca desenvolveu nenhuma crítica profunda ao trabalho desenvolvido pela Associação Cívica. Devo dizer mesmo que se limitavam a legitimar essa actuação. Mais tarde, com a necessidade de formação do governo de transição, surgem as primeiras divergências. Elementos, dos quais havia certas dúvidas, suspeitas mesmo, é o caso do Dr. Carlos Graça, cujas ligações profundas com o governo gabonês nomeadamente com o presidente do Gabão levava os dirigentes do MLSTP a encará-lo com sérias reservas.

Esta questão foi na altura ultrapassada pela sugestão do Secretário-geral no sentido de se aceitar o Dr. Carlos Graça, uma vez que ele estava profundamente ligado ao governo gabonês que poderia proporcionar ajudas financeiras.

REVOLUÇÃO: Esse tipo de ajudas financeiras não teria implicações na direcção política do MLSTP, e no futuro do povo de S. Tomé e Príncipe, dada a característica neo-colonial do Gabão?

RESPOSTA— Na altura não se apercebeu a direcção do MLSTP, pelo menos a maioria do bureau político, e dado o facto do movimento depender economicamente da República do Gabão, levou a maioria do bureau político a incluí-lo no Governo de Transição.

Devo ainda dizer o seguinte: ao nível da Associação Cívica as pessoas tinham consciência das implicações que a ajuda do governo gabonês poderia ter. Por isso as pessoas aceitaram de maneira realista o apoio da República do Gabão.

REVOLUÇÃO: O papel do Alto-Comissário não tem sido muito claro. Poderão esclarecer?

RESPOSTA— Acerca disso deve-se dizer que desde o princípio da construção da Associação Cívica que se notaram certas manobras tendentes a dividir o MLSTP apresentando a Associação Cívica, isto é, a base do movimento, como, constituída por elementos extremistas, e a direcção como moderada, centrista mesmo.

As dificuldades levantadas pelos reformistas do governo português em S. Tomé e Príncipe ao trabalho da Associação Cívica levaram a que, várias vezes o MLSTP afirmasse publicamente que a Associação cívica era o seu braço legal, legítimo representante do movimento no interior do país. Ora os últimos acontecimentos vêm-nos confirmar que o Alto-Comissário da República Por-



tuguesa, fazia parte daqueles sectores que se opunham ao trabalho da Associação Cívica, e isso traduziu-se numa perseguição que esses sectores moveram a esses elementos da associação, nos últimos tempos, nomeadamente o isolamento dos militantes por parte de elementos do destacamento nativo do Exército Português da Companhia Caçadores 7, e ainda todo o trabalho que o Alto-Comissário desenvolveu aqui em Portugal, mostram bem qual o papel dele no meio de tudo isto. A sua estreita ligação com os elementos reacçãoários ficou bem demonstrada, quando em Lisboa anunciou no dia 27 de Março que os ministros de Trabalho e Justiça e Comunicação Social seriam demitidos pelo bureau político o que efectivamente se verificou no dia 28. De notar que os ministros visados tomaram conhecimento da sua demissão no aeroporto quando aguardavam passagem para Lisboa onde iriam expor a situação ao Governo Português. Com a sua demissão tal não aconteceu.

REVOLUÇÃO: Qual a razão da cisão entre a base e a cúpula do MLSTP?

RESPOSTA— Acerca disso devemos reportar-nos a duas questões que se nos afiguram fundamentais. Após o acordo de Argel foi formado o governo de Transição que durante esta fase e até Julho deveria preparar o país para a independência, criar as estruturas que permitissem a S. Tomé e Príncipe governar-se como país livre e independente. Pela primeira vez o MLSTP via-se na necessidade de se confrontar com problemas de ordem real que exigiam solução imediata.

Dentro desses problemas, desejo destacar dois. Um é o problema levantado pela existência de um corpo do exército constituído por nativos de S. Tomé e Príncipe e o outro é o da reforma agrária.

S. Tomé e Príncipe vive quase totalmente da agricultura, que é praticada em regime de latifúndios, chamadas roças, onde há hospitais próprios, creches e escolas próprias, mas que h'a muito tempo estão fechadas sem funcionar. Os roceiros nunca estão em S. Tomé e Príncipe. As sedes das companhias estão situadas em Portugal e são dominadas pela CUF e BNU. Existem ainda, apesar do

grande desemprego parcelas de terreno abandonadas. As grandes extensões de terreno cultivado são dominadas exclusivamente pela cultura do cacau e do café.

REVOLUÇÃO: Perante esses problemas, impunha-se uma reforma agrária?

RESPOSTA— Sim uma reforma agrária que aliás está prevista no acordo de Argel.

Para além disso havia a necessidade de dar a devida atenção à assistência dos trabalhadores.

O problema fundamental que se punha em relação à reforma agrária, era este: A quem é que uma reforma agrária deveria servir neste momento no nosso país? Seria que a reforma agrária deveria servir os interesses dos mais explorados do povo trabalhador, ou pelo contrário, deveria pactuar com os interesses das grandes companhias que exploram as roças em S.T.P., pacto esse que viria pôr em causa, o interesse dos trabalhadores.

Ora o que aconteceu é que a base do movimento queria uma solução para este problema, e eram apresentadas outras soluções pela cúpula do movimento. Verifica-se mesmo que houve uma morosidade criminosa em relação à solução dessa questão, dado que a reforma agrária poderia vir a criar muitos postos de trabalho em S.T.P. Portanto o problema que se levantou entre a base e a cúpula, é que para nós deveriam ser considerados sagrados os interesses do nosso povo e a reforma agrária deveria defender exclusivamente esses interesses.

Para além da reforma agrária aquilo em que se verificou divergência foi em relação à parte do corpo do exército, constituído pelos nativos. A história já nos mostrou que quando uma potência colonial quer seguir nos seus fins cria um corpo(exército) nativo com homens bestializados. Ora S.T.P. não faria excepção, e nós tínhamos consciência que um exército assim não nos interessava. Em alternativa propusemos a constituição de milícias populares, isto é organizar e armar-se o povo, única forma de garantir a integridade do nosso país em caso de agressão estrangeira. Esta foi a tese defendida pela base do movimento e de alguns sectores progressistas do bureau

PORTUGAL NÃO SERÁ O CHILE DA EUROPA

MANIFESTAÇÃO DE APOIO À REVOLUÇÃO PORTUGUESA DE 19 DE ABRIL EM ROMA

Foi sob a palavra de ordem "PORTUGAL NÃO SERÁ O CHILE DA EUROPA", que se realizou no passado dia 19, uma manifestação, que reuniu em Roma dezenas de milhares de participantes, solidarizando-se com o processo revolucionário português.

Além da perspectiva do internacionalismo proletário de que se reveste esta manifestação, convocada pela "Lotta Continua", parece-nos importante as condições adversas em que decorreram, já que se assiste à escalada do fascismo, representado pelo M.S.I. (Movimento Social Italiano), sob os olhares complacentes das autoridades burguesas, mais ou menos afectas ao P.D.C. (Partido Democrata Cristiano), e à neutralidade criminosamente reformista do P.C.I., empenhados em consolidar o chamado "compromisso histórico", ou seja a aliança com o P.D.C.

De facto, tem sido intensa a onda de provocações desencadeadas pelos neofascistas, principalmente nos grandes centros operários, como Turim e Milão. A provocação reveste diversas formas, desde o insulto e agressão, até ao assassinato, como aconteceu a militantes do P.C.I. e da Lotta Continua. A proximidade das eleições, justifica esta avançada da

reação, que tenta atemorizar a população, levando-a a votar na coligação PDC-MSI, que se apresentam como defensores da ordem.

Aderiram à manifestação convocada pela Lotta Continua, diversas organizações italianas e internacionais, assim como operários e soldados fardados. A manifestação era simultaneamente de apoio às forças revolucionárias portuguesas e de repúdio à campanha reaccionária na Itália, assim como ao silêncio do PCI, em relação ao processo português.

Diversas organizações políticas italianas aderiram à manifestação organizada pela "Lotta Continua", apesar das mais diferentes correntes ideológicas, do que destacamos as Coordenadoras de Soldados Democráticos, Comissões de Trabalhadores de diversas empresas, secções locais do PCI, apesar do silêncio das cúpulas do Partido, Organizações estudantis, assim como militantes de base de organizações políticas reformistas. Aderiram à manifestação a Junta de Coordenação Revolucionária da América Latina, a Frente Democrática para a Libertação da Palestina, o Movimento Popular Dominicano, as organizações chilenas MIR, MAPU, Partido Socialista e outras forças democráticas internacionais.

É significativa a presença de algumas centenas de soldados fardados, que desfilaram de punho erguido e com os rostos ocultos por lenços vermelhos, por ser proibido em Itália, haver participação de militares nas manifestações políticas. A manifestação culminou com um comício na Praça Navona onde foram lidas mensagens de solidariedade e onde usou da palavra uma delegação portuguesa composta por militares e operários. Encerrou o comício o camarada Adriano Sopi, Secretário-geral da "Lotta Continua", que saudou a classe operária portuguesa e advertiu os trabalhadores italianos para a vigilância revolucionária, contra as investidas reaccionárias, que na Itália partem do P.D.C., e suas ligações com a direita neo-fascista.

IL PORTOGALLO NON SARA' IL CILE D'EUROPA



A fianco della lotta degli operai e dei soldati portoghesi per la democrazia proletaria

A fianco del popolo angolano e dei combattenti del MPLA Per l'autonomia e la neutralità del Mediterraneo

SABATO 19 APRILE - ROMA
ORE 17 - PIAZZA ESEDRA
MANIFESTAZIONE NAZIONALE
LOTTA CONTINUA

A LOTTA CONTINUA

Camaradas

A manifestação de apoio à luta dos trabalhadores portugueses é um real contributo a esta luta, é uma efectiva expressão do internacionalismo proletário.

Os trabalhadores portugueses, sob a direcção do proletariado, avançam para a conquista do poder político. A questão do poder político é a questão fulcral na actual situação portuguesa. Só conquistando e exercendo esse poder os trabalhadores poderão derrotar a reacção e o fascismo e fazer frente à pressão e a uma possível intervenção do imperialismo. A Revolução Socialista é a primeira condição para a vitória sobre a reacção, sobre a burguesia nacional e o imperialismo combinados.

A situação portuguesa é de impasse, impasse em todos os seus níveis, impasse que o aparente dinamismo nas esferas política e económica, apenas encobre mas que não anula.

Os trabalhadores criam hoje os órgãos que serão o instrumento fundamental para a conquista do poder: os Conselhos Revolucionários de Trabalhadores. A seu lado os soldados, os marinheiros e oficiais revolucionários encontram-se na mesma luta e organizam os seus próprios Con-

selhos Revolucionários.

Um conjunto de forças se agrupou para a conquista do poder político pelos trabalhadores, para o início da construção do Socialismo. Em bloco, mas sob a hegemonia do proletariado, os trabalhadores e as suas organizações autónomas, os soldados e marinheiros organizados e oficiais revolucionários e as organizações e militantes revolucionários empenham-se na luta pela conquista do poder político, luta que se encontra numa fase decisiva.

Ameaças graves caem sobre a classe trabalhadora e sobre as forças revolucionárias empenhadas na luta: ameaças que vão desde o reformismo, à ameaça dum golpe fascista até a uma possível intervenção directa do imperialismo.

Nestas condições, a solidariedade da classe operária italiana que se afirma, a par de outras iniciativas, nessa manifestação, tem um real peso, é um efectivo contributo à luta de classe dos trabalhadores portugueses.

No actual momento, a mais consequente forma dos trabalhadores e dos revolucionários portugueses serem internacionalistas é a de fazerem a sua própria revolução socialista. Esta Revolução reavivará a frente de luta

anti-imperialista e será um contributo para que as classes operárias dos países da Europa Ocidental conquistem o poder político nos seus próprios países.

O PRP-BR considera-se estreitamente solidário com o povo angolano e com o Movimento que o representa: o MPLA. Esta solidariedade surge perante o inimigo comum, o imperialismo. Esta solidariedade é imposta pela própria situação objectiva. As conquistas dos trabalhadores portugueses podem ficar comprometidas em Angola, da mesma forma que também o povo angolano avança para a sua independência através das lutas dos trabalhadores portugueses. É desta forma que o PRP-BR se afirma presente na manifestação que é ainda de apoio ao povo angolano e ao MPLA.

VIVA A SOLIDARIEDADE COM O POVO ANGOLANO E O MPLA.
VIVA A SOLIDARIEDADE ENTRE OS TRABALHADORES ITALIANOS E PORTUGUESES
VIVA A REVOLUÇÃO SOCIALISTA VIVA O INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

Saudações Revolucionárias Pela Direcção do PRP-BR



MENSAGEM DE SAUDAÇÃO DA COMISSÃO PRÓ-CONSELHOS DE TRABALHADORES A MANIFESTAÇÃO NACIONAL DE ITALIA EM APOIO A REVOLUÇÃO PORTUGUESA E AO MPLA:

A Comissão Pró-Conselhos Revolucionários dos Trabalhadores Portugueses saudam os seus camaradas italianos e juntam a sua voz à sua manifestação na luta contra o capitalismo, imperialismo e todas as formas de dominação burguesa.

A luta dos trabalhadores portugueses é uma expressão do internacionalismo proletário lutando contra todas as forças reaccionárias.

PELO INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO
PELA REVOLUÇÃO SOCIALISTA
VIVA A DITADURA DO PROLETARIADO

REVOLUÇÃO PORTUGUESA

REVOLUÇÃO PORTUGUESA

1.º CONGRESSO NACIONAL PRÓ CONSELHOS REVOLUCIONÁRIOS



MENSAGEM DO PRT ARGENTINO AO PRIMEIRO CONGRESSO

Como o assinala a saudação da Junta de Coordenação Revolucionária a esta assembleia proletária, os olhos dos povos irmãos do cone sul da América Latina, encontram-se cravados hoje sobre Portugal.

Desejamos fervorosamente um Portugal vermelho, um Portugal comunista, que seja um farol proletário que ilumine este extremo da Europa.

Este desejo ardente dos revolucionários argentinos e de todos os proletários do mundo não se concretiza numa vez para sempre: É necessária a astúcia para combater o inimigo de classe, livre das ideologias hostis da burguesia e pequena burguesia.

São merecedores do nosso reconhecimento, os esforços de toda a natureza realizados pelos sectores progressistas que encabeçam este processo português. Ninguém pode nem deve silenciar o carácter transformador das nacionalizações dos bancos e das empresas imperialistas. Não podemos ignorar igualmente a correcção das expropriações dos latifundiários. Tudo isso é lícito e plausível, mas a história da luta de classes que é a história da humanidade, ensina aos operários e seus aliados, que não há revolução autêntica e duradoura, enquanto os covões da burguesia, os operários revolucionários não passarem a comandar o processo de transformação até à sociedade socialista. Os imperialistas e latifundiários reçoizam-se hoje, de que em Portugal não existe um po-

der operário, que lhes disputa audazmente a sua planificação contra-revolucionária. Eles, os exploradores têm plena consciência de que o progressismo das esferas governamentais é um inimigo, também irreconciliável, fácil de bater, através da infiltração, o boicote internacional e em última instância com a invasão dos marines em terras portuguesas.

S. Domingos é a prova mais acabada da estratégia imperialista, em processos onde a classe operária não conduz a revolução. Esta excepcional conjuntura que vive a classe operária e o povo português, na fraternidade de operários, camponeses e soldados, deve alertar os revolucionários e fazer-nos refletir que a tarefa central é a organização. Nas bases das fábricas, nas bases dos quartéis, deve encontrar-se a resposta adequada para os problemas que se apresentam à Revolução portuguesa. A estas iniciativas de sovietização, o imperialismo e os exploradores, haverão de responder aqui e agora em Portugal, com um subtil enfrentamento no seio do povo, que permita que as questões não essenciais, sejam bandeiras de divisão.

Os operários com partido e os operários sem partido, devem estar alerta contra estes malditos obstáculos e levantar bem alta a bandeira da unidade da classe trabalhadora, que não é outra senão a luta contra o inimigo principal: o imperialismo e a burguesia dependente.

Enquanto os partidos eleitoralistas se reclamam das classes trabalhadoras, exerciam o seu papel desmobilizador de massas, convocando-as para toda a espécie de actividades, desde o comício e sessão de esclarecimento até às festas mais ou menos folclóricas, sucedâneo democrático dos alienantes serões para trabalhadores da defunta fascista FNAT, decorria em Lisboa, um Congresso tendente a estabelecer a unidade real da classe, sem interferências de quaisquer órgãos, que não os saídos directamente da classe em si.

PRESENCAS

Nos dias 19 e 20 de Abril realizou-se no Teatro da Cornucópia, o I CONGRESSO NACIONAL PRÓ CONSELHOS REVOLUCIONÁRIOS DE TRABALHADORES, SOLDADOS E MARINHEIROS. Estiveram presentes trabalhadores e militares revolucionários, representando expresas e quartéis, que aderiram ao projecto revolucionário da formação de Conselhos Revolucionários. Registou-se a presença de delegados de Comissões de Trabalhadores e de soldados, agora existentes, assim como de militantes de Conselhos Revolucionários em formação, como é o caso da Marinha Grande. Partidos e organizações políticas fizeram-se também representar, embora apenas alguns tenham respondido aos convites que o Secretariado declarou que fizera a todos os partidos.

O Secretariado Provisório, constituído para a realização do Congresso, cessou as suas funções, elegendo-se uma mesa, que presidiu à Assembleia. A mesa eleita ficou constituída por trabalhadores da Lisnave, TLP, TAP e Setenave, militares de diversas unidades - Engenharia, Academia Militar, Hospital Militar e Força Aérea, assim como um representante do PAIGC, um representante do Movimento BASE - Frente Unitária de Trabalhadores, e o representante do PRP-BR, a camarada Isabel do Carmo. Os participantes no Congresso foram 660; as empresas, organismos e quartéis representados na Assembleia dos Conselhos de Trabalhadores, e o representante do PAIGC, um representante do Movimento BASE - Frente Unitária de Trabalhadores, e o representante do PRP-BR, a camarada Isabel do Carmo. Os participantes no Congresso foram 660; as empresas, organismos e quartéis representados na Assembleia dos Conselhos de Trabalhadores, e o representante do PAIGC, um representante do Movimento BASE - Frente Unitária de Trabalhadores, e o representante do PRP-BR, a camarada Isabel do Carmo. Os participantes no Congresso foram 660; as empresas, organismos e quartéis representados na Assembleia dos Conselhos de Trabalhadores, e o representante do PAIGC, um representante do Movimento BASE - Frente Unitária de Trabalhadores, e o representante do PRP-BR, a camarada Isabel do Carmo.

Entretanto, os militantes dos diversos partidos, representados na Assembleia, fizeram-se representar por si próprios, e não como delegados dos respectivos partidos. Foi justificada a ausência de organizações partidárias, pela convocatória ter sido apresentada muito em cima da hora (a extrema urgência da criação de Conselhos Revolucionários, exigiu um tremendo esforço do Secretariado Provisório, que tratou dos preliminares do Congresso, em menos de uma semana), o que não permitiu que os partidos tomassem uma posição. O Congresso iniciou-se com uma homenagem da Assembleia ao delegado do MPLA, não participante da mesa, por motivos de segurança, seguindo-se a leitura do informe do Secretariado, que deu conhecimento à assembleia do trabalho efectuado.

MENSAGENS

Diversas mensagens foram transmitidas ao Congresso, que passamos a enumerar: Internacionais Socialistas, da Inglaterra, Movimento Popular Democrático - Partido Marxista-Leninista, da República Dominicana, Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, Junta de Coordenação Revolucionária, que engloba os movimentos revolucionários latino-americanos: ELN (Bolívia), ERP (Argentina), MIR (Chile) e MLN-TUPAROS (Uruguay), assim como uma importante mensagem, lida por um camarada do PRT (ERP) Argentino. Na perspectiva do internacionalismo proletário, foram feitas intervenções de camaradas do PAIGC, MPLA e da Organização Italiana - "Lotta Continua".

SERÁ QUE ESTAMOS À ESPERA DE OUTRO 11 DE MARÇO?

Houve uma intervenção intensa da Assembleia, tendo-se aprovado diversas propostas, respeitantes a organização, princípios e objectivos dos Conselhos Revolucionários. As intervenções foram orientadas no sentido da urgência da formação dos Conselhos, no armamento e toda a situação da classe para a tomada do poder político, na perspectiva internacionalista de apoio a todos os situados à esquerda do PS (inclusivé). Só responderam a este convite a LCI, que enviou uma mensagem, o PUP, por intermédio de um camarada do jornal "Verdade", e um camarada do MRPP. Quaisquer destes se apresentaram como observadores, participando unicamente de pleno direito o PRP-BR.

reformistas e aos não-reformistas que só dividem a classe, afirmou em certa altura "Será que devemos estar à espera de outro 11 de Março, para vermos quem está do nosso lado?"

Após a análise da situação actual, a camarada Isabel do Carmo, alertou a classe, dizendo que "Estamos a um passo da derrota ou da vitória do proletariado", frisando que as actuais nacionalizações se não estiverem incluídos numa economia planificada, dirigida e executada pelos trabalhadores, não passam de uma forma estatal de capitalismo, e não de socialismo. Outras considerações foram feitas no sentido de dependência que Portugal tem do imperialismo, salientando-se a urgência da formação de um novo Exército constituído por todo um povo em armas. Sobre as relações partido-classe, Isabel do Carmo declarou que a ditadura "ditadura do proletariado não é a ditadura do partido mas sim da classe".

Um camarada da Indústria Hoteleira referindo-se às Comissões de Trabalhadores considerou-as impotentes para avançar, recorrendo aos partidos, mais interessados em fazer a sua própria política, do que a política da classe. Referiu-se ao salto qualitativo necessário às actuais Comissões de Trabalhadores, para passarem em fase de reivindicação económica para a luta política. O representante do Jornal 1.º de Maio, durante a análise que fez sobre a situação de Portugal, no plano interno e internacional, disse em dado momento: "Para educar o povo, é preciso ser-se primeiro seu aluno". Sobre a luta da Siderurgia Nacional, esse camarada demonstrou que a classe estava preparada para a produção, sem recorrer aos quadros técnicos. Como foi demonstrado nas últimas lutas, em que os operários proibiram a entrada na fábrica aos engenheiros, continuando eles próprios a produção.

É PERMITIDO A LIVRE EXPRESSÃO DE PARTIDOS FASCISTAS

Um camarada da Lisnave, fez a análise histórica do movimento operário, constatando que "o proletariado vê-se arredado da Revolução", para ser substituído pelo sector que se lhe segue no estatuto social". Como substituto deste paternalismo, é necessária a formação dos Conselhos Revolucionários, os órgãos democraticamente eleitos, surgidos do seio da classe.

Uma camarada da Somapre denunciou o controle que as forças reformistas e não só exercem sobre a classe, criticando em dado momento, "determinados senhores que se arrogam do direito de pensar pela cabeça do povo". Denunciou também o actual poder político, pelos entraves movidos à esquerda revolucionária, enquanto permite a livre expressão a partidos notoriamente fascistas.

Outras intervenções foram feitas no sentido da luta pela independência nacional, denúncia dos partidos que se dizem da classe, mas que só se servem dela para seu uso exclusivo, e a urgência de se criar uma organização autónoma, auto-organizada e auto-suficiente, nos aspectos reivindicativos, políticos e de armamentos.

O delegado do MPLA, salientou a interdependência das lutas dos trabalhadores portugueses e a luta

CONTRA O IMPERIALISMO EM ANGOLA

em Angola, denunciou as ligações entre o falso neutralismo do Alto-Comissariado português e da Unita, com a acção fascista do FNLA, laçao do imperialismo os "Pinochets de Angola". Foi

PLATAFORMA DE OBJECTIVOS PARA OS CONSELHOS REVOLUCIONÁRIOS DE TRABALHADORES, SOLDADOS E MARINHEIROS - APROVADA NO CONGRESSO PRÓ-CONSELHOS REVOLUCIONÁRIOS DE TRABALHADORES E SOLDADOS

CONSIDERANDOS

- 1.º Ultrapassado que foi o 11 de Março e tendo-se verificado a pouca ou nenhuma organização da classe para dar resposta a um provável golpe reaccionário. Tendo-se verificado que as comissões de empresa após o 7 de Fevereiro, por terem atingido, o máximo do seu poder reivindicativo caíram num impasse.
- 2.º Considerando o facto de existir o espectro do desemprego que paira sobre os trabalhadores e os impede de reivindicar, facto que possibilita o controle em algumas empresas por parte do reformismo.
- 3.º Considerando que, tendo-se o reformismo apoderado de algumas estruturas militares e civis, poderá introduzir reformas, que quando muito poderão estabilizar a situação a curto prazo mas nunca a médio ou a longo prazo.
- 4.º Considerando que o poder militar está dividido em três facções; direita, esquerda e indecisos.
- 5.º Considerando-se a existência de um verdadeiro poder político, que está nas mãos dos militares com as mais variadas tendências políticas, tendências essas que poderão ir, desde, um esquerda até uma direita que poderá ser reforçada pelos indecisos que existem em grande número nas forças armadas.
- 6.º Considerando que o imperialismo não está disposto a perder a posição estratégica que ocupa no nosso país, assim como a influência que o processo revolucionário poderá ter nos países

da Europa Ocidental onde o proletariado está mais avançado politicamente

7.º Considerando que o confronto com o imperialismo é inevitável a curto prazo e que a sua derrota não é possível, com o exército actual ou através de cúpulas partidárias.

8.º Considerando que o confronto com o imperialismo exige a organização da classe em armas.

9.º Considerando que a organização da classe nasce de formas autónomas através de comissões eleitas dentro da classe, unitárias de base.

10.º Considerando que esta organização nasce primariamente nas empresas e noutros locais de trabalho onde se travam lutas concretas contra o patronato. Em consequência há que considerar que existem diferenças de níveis de organização nos vários locais correspondentes a diferentes níveis de consciência.

11.º Considerando que os Conselhos Revolucionários não se opõem nem substituem as comissões de trabalhadores, antes consideram que estas têm um papel reivindicativo e que os Conselhos Revolucionários são uma forma mais avançada, directamente política, para a tomada do poder propõem-se;

I - TAREFAS IMEDIATAS

- 1.º Esclarecimento por parte de militantes revolucionários operários e militares, da situação política, económica e militar do nosso país.
- 2.º Eleição imediata dos Conselhos Revolucionários em todos os locais de trabalho, quartéis e locais de habitação.

aprovada uma proposta em que se pedia a ilegalização da UPA-FNLA, a demissão do Alto-Comissariado português, um inquérito às actividades da FNLA e UNITA e a expulsão de Pides e brancos reaccionários. Foi afirmado que o MPLA garante a permanência dos brancos em Angola, desde que identificados com a justa luta do povo angolano.

Um estudante referiu-se ao problema dos assalariados

3.º Estreitamento de relações entre trabalhadores e militares revolucionários.

II - OBJECTIVOS DOS C.R.

- 1.º Organizar e armar a classe urgentemente para o esmagamento de um provável golpe reaccionário, tanto interno como externo, e organizar-se para a tomada do poder pela classe e exercício do mesmo.
- 2.º Formação de um verdadeiro exército revolucionário do proletariado.
- 3.º Na fase actual deve considerar-se a existência de vários partidos que organizem militantes da classe. Os C.R.T. poderão vir a ser o embrião do verdadeiro Partido Revolucionário que seja a vanguarda da classe na construção do socialismo.
- 4.º Chamar a si, progressivamente, o controle, da administração, gestão e direcção nas empresas e nos campos, e o comando dos quartéis. É tarefa de cada Conselho Revolucionário definir os objectivos concretos e imediatos em cada local.
- 5.º Os Conselhos Revolucionários no poder terão como objectivo:

- 1.º A planificação socialista da economia que se opõe à auto-gestão com livre concorrência e ao capitalismo de Estado
- 2.º A Revolução Cultural.
- 3.º Todo um plano social de alteração profunda das estruturas económicas, sociais e políticas, para a construção da sociedade comunista através da Ditadura do Proletariado.

agrícolas e pequeno campesinato, salientando a necessidade do apoio político e cultural do operariado mais evoluído, apontando para a formação de milícias populares, de operários e camponeses.

A NECESSIDADE DOS CONSELHOS REVOLUCIONÁRIOS

Um camarada operário de "A Capital" denunciou os sindicatos cupulistas e reformistas, ligados à Intersindical, que deliberam nas costas dos trabalhadores, sob influência do jogo partidário. Foi aqui abordada mais uma forma de organização autónoma: o poder deliberativo a todos os níveis das assembleias de empresa.

Um soldado revolucionário, após marcar a situação nos quartéis, onde em certas unidades já se avançou na criação de órgãos eleitos e controlados pelos soldados, referindo-se às eleições, afirmou: "ganhe quem ganhar, isto não vai mudar". Um outro camarada militar referiu-se à lei reaccionária que proíbe aos militares defenderem a violência reaccionária, sob risco de serem saneados. Todas estas intervenções foram feitas no sentido de se formarem urgentemente Conselhos Revolucionários nos quartéis, em estreita ligação com os Conselhos Revolucionários de Trabalhadores.



O camarada Francisco Marques estão desligados da classe, pelo afirmou que os Conselhos são a contrária, já existe uma estreita ligação única hipótese de não cairmos no soldados organizados em Confascismo. Falou, em seguida nas milícias, não terão função meramente componentes da dinâmica do mente defensiva, mas uma acção processo político português: as defensiva, revolucionária.

Outros militares falar dos antecedentes dos actuais Conselhos de Unidade, que actualmente não estão desligados da classe, pelo contrário, já existe uma estreita ligação com os órgãos eleitos pelos trabalhadores.

Revolucionários. Foi posto, no vamente o salto qualitativo que leva as formas de luta reivindicativas à luta política, salientando-se que os Conselhos não são a continuação linear e mecanica das Comissões de Trabalhadores, mas serão um órgão de poder político organizado de forma a não degenerar em burocracia partidária ou em anarcosindicalismo.

O camarada Carlos Antunes do nosso partido, criticou o voluntarismo, repudiou o capitalismo de estado frisou a não viabilidade de estabilização em democracia burguesa, alertando a classe para novas formas terroristas de poder, o fascismo, que regressarão se não houver uma proposta da classe organizada política e militarmente. A falsa opção reformista, o camarada Carlos Antunes contrapôs a organização autónoma da classe, dizendo: "O poder nunca se partilha. O proletariado ou tem o poder todo, ou então não terá nenhum".

Adiantou as formas que irá tomar o futuro exército popular, com um mínimo de profissionais, sob controle dos soldados e com a participação total de todos os explorados. Os trabalhadores e soldados organizados em Conselhos, não terão uma função meramente defensiva, mas uma acção ofensiva, revolucionária.

Outros militares falaram dos antecedentes dos actuais Conselhos de Unidade, que actualmente não



1.º CONGRESSO PRÓ CONSELHOS

Enquanto os partidos eleitoralistas se reclamam das classes trabalhadoras, exerciam o seu papel desmobilizador de massas, convocando-as para toda a espécie de actividades, desde o comício e sessão de esclarecimento até às festas mais ou menos folclóricas, sucedâneo democrático dos alienantes serões para trabalhadores da defunta fascista FNAT, decorria em Lisboa, um Congresso tendente a estabelecer a unidade real da classe, sem interferências de quaisquer órgãos, que não os saídos directamente da classe em si.

PRESENCAS

Nos dias 19 e 20 de Abril realizou-se no Teatro da Cornucópia, o I CONGRESSO NACIONAL PRÓ CONSELHOS REVOLUCIONÁRIOS DE TRABALHADORES, SOLDADOS E MARINHEIROS. Estiveram presentes trabalhadores e militares revolucionários, representando expressas e quartéis, que aderiram ao projecto revolucionário da formação de Conselhos Revolucionários. Registou-se a presença de delegados de Comissões de Trabalhadores e de soldados, agora existentes, assim como de militantes de Conselhos Revolucionários em formação, como é o caso da Marinha Grande. Partidos e organizações políticas fizeram-se também representar, embora apenas alguns tenham correspondido aos convites que o Secretariado declarou que fizera a todos os partidos.

O Secretariado Provisório, constituído para a realização do Congresso, cessou as suas funções, elegendo-se uma mesa, que presidiu à Assembleia. A mesa eleita ficou constituída por trabalhadores da Lisnave, TLP, TAP e Setenave, militares de diversas unidades - Engenharia, Academia Militar, Hospital Militar e Força Aérea, assim como um representante do PAIGC, um representante do Movimento BASE - Frente Unitária de Trabalhadores, e o representante do PRP-BR, a camarada Isabel do Carmo. Os participantes no Congresso foram 660; as empresas, organismos e quartéis representados na Assembleia atingiram a ordem de mais de duas centenas. O critério seguido pelo Congresso, quanto à participação dos Partidos foi o de convidar todos os situados à esquerda do PS (inclusivé). Só responderam a este convite a LCI, que enviou uma mensagem, o PUP, por intermédio de um camarada do jornal "Verdade", e um camarada do MRPP. Quaisquer destes se apresentaram como observadores, participando unicamente de pleno direito o PRP-BR.

Entretanto, os militantes dos diversos partidos, representados na Assembleia, fizeram-se representar por si próprios, e não como delegados dos respectivos partidos. Foi justificada a ausência de organizações partidárias, pela convocatória ter sido apresentada muito em cima da hora (a extrema urgência da criação de Conselhos Revolucionários, exigiu um tremendo esforço do Secretariado Provisório, que tratou dos preliminares do Congresso, em menos de uma semana), o que não permitiu que os partidos tomassem uma posição. O Congresso iniciou-se com uma homenagem da Assembleia ao delegado do MPLA, não participante da mesa, por motivos de segurança, seguindo-se a leitura do informe do Secretariado, que deu conhecimento à assembleia do trabalho efectuado.

MENSAGENS

Diversas mensagens foram transmitidas ao Congresso, que passamos a enumerar: Internacional Socialists, da Inglaterra, Movimento Popular Democrático - Partido Marxista-Leninista, da Rep. Dominicana, Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, Junta de Coordenação Revolucionária, que engloba os movimentos revolucionários latino-americanos: ELN (Bolívia), ERP (Argentina), MIR (Chile) e MLN-TUPAROS (Uruguay), assim como uma importante mensagem, lida por um camarada do PRT (ERP) Argentino. Na perspectiva do internacionalismo proletário, foram feitas intervenções de camaradas do PAIGC, MPLA e da Organização Italiana - "Lotta Continua".

SERÁ QUE ESTAMOS À ESPERA DE OUTRO 11 DE MARÇO?

Houve uma intervenção intensa da Assembleia, tendo-se aprovado diversas propostas, respeitantes a organização, princípios e objectivos dos Conselhos Revolucionários. As intervenções foram orientadas no sentido da urgência da formação dos Conselhos, no armamento e organização da classe para a tomada do poder político, na perspectiva internacionalista de apoio a todas as lutas dos explorados pela sua emancipação, estando sempre presente uma análise exaustiva da situação política, económica e militar portuguesa. Foram bastante importantes algumas das declarações apresentadas no Congresso de que destacamos alguns pontos: um operário da Setenave, após ter feito a crítica aos partidos

reformistas e aos não-reformistas que só dividem a classe, afirmou em certa altura "Será que devemos estar à espera de outro 11 de Março, para vermos quem está do nosso lado?"

Após a análise da situação actual, a camarada Isabel do Carmo, alertou a classe, dizendo que "Estamos a um passo da derrota ou da vitória do proletariado", frisando que as actuais nacionalizações se não estiverem incluídas numa economia planificada, dirigida e executada pelos trabalhadores, não passam de uma forma estatal de capitalismo, e não de socialismo. Outras considerações foram feitas no sentido de dependência que Portugal tem do imperialismo, salientando-se a urgência da formação de um novo Exército constituído por todo um povo em armas. Sobre as relações partido-classe, Isabel do Carmo declarou que a ditadura "ditadura do proletariado não é a ditadura do partido mas sim da classe".

Um camarada da Indústria Hoteleira referindo-se às Comissões de Trabalhadores considerou-as impotentes para avançar, recorrendo aos partidos, mais interessados em fazer a sua própria política, do que a política da classe. Referiu-se ao salto qualitativo necessário às actuais Comissões de Trabalhadores, para passarem em fase de reivindicação económica para a luta política. O representante do Jornal 1.º de Maio, durante a análise que fez sobre a situação de Portugal, no plano interno e internacional, disse em dado momento: "Para educar o povo, é preciso ser-se primeiro seu aluno". Sobre a luta da Siderurgia Nacional, esse camarada demonstrou que a classe estava preparada para a produção, sem recorrer aos quadros técnicos. Como foi demonstrado nas últimas lutas, em que os operários proibiram a entrada na fábrica aos engenheiros, continuando eles próprios a produção.

É PERMITIDO A LIVRE EXPRESSÃO DE PARTIDOS FASCISTAS

Um camarada da Lisnave, fez a análise histórica do movimento operário, constatando que ue "o proletariado vê-se arredado da Revolução", para ser substituído pelo sector que se lhe segue no estatuto social" Como substituto deste paternalismo, é necessária a formação dos Conselhos Revolucionários, co órgãos democraticamente eleitos, surgidos do seio da classe.

Uma camarada da Somapre denunciou o controle que as forças reformistas e não só exercem sobre a classe, criticando em dado momento, "determinados senhores que se arrogam do direito de pensar pela cabeça do povo". Denunciou também o actual poder político, pelos entraves movidos à esquerda revolucionária, enquanto permite a livre expressão a partidos notoriamente fascistas.

MENSAGEM DO PRT ARGENTINO AO PRIMEIRO CONGRESSO

Como o assinala a saudação da Junta de Coordenação Revolucionária a esta assembleia proletária, os olhos dos povos irmãos do cone sul da América Latina, encontram-se cravados hoje sobre Portugal.

Desejamos fervorosamente um Portugal vermelho, um Portugal comunista, que seja um farol proletário que ilumine este extremo da Europa.

Este desejo ardente dos revolucionários argentinos e de todos os proletários do mundo não se concretiza duma vez para sempre: É necessária a astúcia para combater o inimigo de classe, livre das ideologias hostis da burguesia e pequena burguesia.

São merecedores do nosso reconhecimento, os esforços de toda a natureza realizados pelos sectores progressistas que encabeçam este processo português. Ninguém pode nem deve silenciar o carácter transformador das nacionalizações dos bancos e das empresas imperialistas. Não podemos ignorar igualmente a correcção das expropriações dos latifundiários. Tudo isso é lícito e plausível, mas a história da luta de classes que é a história da humanidade, ensina aos operários e seus aliados, que não há revolução autêntica e duradoura, enquanto os covéis da burguesia, os operários revolucionários não passarem a comandar o processo de transformação até à sociedade socialista. Os imperialistas e latifundiários regozijam-se hoje, de que em Portugal não existe um po-

der operário, que lhes dispute audazmente a sua planificação contra-revolucionária. Eles, os exploradores têm plena consciência de que o progressismo das esferas governamentais é um inimigo, também irreconciliável, fácil de bater, através da infiltração, o boicote internacional e em última instância com a invasão dos marines em terras portuguesas.

S. Domingos é a prova mais acabada da estratégia imperialista, em processos onde a classe operária não conduz a revolução. Esta excepcional conjuntura que vive a classe operária e o povo português, na fraternidade de operários, camponeses e soldados, deve alertar os revolucionários e fazer-nos refletir que a tarefa central é a organização. Nas bases das fábricas, nas bases dos quartéis, deve encontrar-se a resposta adequada para os problemas que se apresentam à Revolução portuguesa. A estas iniciativas de sovietização, o imperialismo e os exploradores, haverão de responder aqui e agora em Portugal, com um subtil enfrentamento no seio do povo, que permita que as questões não essenciais, sejam bandeiras de divisão.

Os operários com partido e os operários sem partido, devem estar alerta contra estes malditos obstáculos e levantar bem alta a bandeira da unidade da classe trabalhadora, que não é outra senão a luta contra o inimigo principal: o imperialismo e a burguesia dependente.

CONGRESSO NACIONAL PRÓ CONSELHOS REVOLUCIONÁRIOS

rtidos elei-
das classes
am o seu
de massas,
da a espécie
o comício e
ento até às
s folclóricas,
rático dos
para tranta
Lisboa, um
estabelecer a
se, sem in-
quer órgãos,
ictamente da

Entretanto, os militantes dos diversos partidos, representados na Assembleia, fizeram-se representar por si próprios, e não como delegados dos respectivos partidos. Foi justificada a ausência de organizações partidárias, pela convocatória ter sido apresentada muito em cima da hora (a extrema urgência da criação de Conselhos Revolucionários, exigiu um tremendo esforço do Secretariado Provisório, que tratou dos preliminares do Congresso, em menos de uma semana), o que não permitiu que os partidos tomassem uma posição. O Congresso iniciou-se com uma homenagem da Assembleia ao delegado do MPLA, não participante da mesa, por motivos de segurança, seguindo-se a leitura do informe do Secretariado, que deu conhecimento à assembleia do trabalho efectuado.

MENSAGENS

il realizou-se
pia, o CON-
IAL PRÓ-
S R E-
DE TRA-
DADOS E
veram pre-
e militares
resentando
ue aderiram
ionários da
elhos Re-
istou-se a
s de Comis-
e de sol-
es, assim
Conselhos
formação,
nha Grande.
es políticas
representar,
tenham cor-
ites que o
que fizera a

Diversas mensagens foram transmitidas ao Congresso, que passamos a enumerar: Internacional Socialists, da Inglaterra, Movimento Popular Democrático - Partido Marxista-Leninista, da Rep. Dominicana, Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, Junta de Coordenação Revolucionária, que engloba os movimentos revolucionários latino-americanos: ELN (Bolívia), ERP (Argentina), MIR (Chile) e MLN-TUPAROS (Uruguay), assim como uma importante mensagem, lida por um camarada do PRT (ERP) Argentino. Na perspectiva do internacionalismo proletário, foram feitas intervenções de camaradas do PAIGC, MPLA e da Organização Italiana - "Lotta Continua".

SERÁ QUE ESTAMOS À ESPERA DE OUTRO 11 DE MARÇO?

sório, consó-
do Cons-
funções,
nesa, que
A mesa
por tra-
TLP, TAP e
fe diversas
Academia
ar e Força
n represen-
presentante
- Frente
fores, e o
-BR, a ca-
ro. Os par-
foram 660;
s e quartéis
Assembleia
no sentido da
dos Conselhos
ais de duas
agido pelo
participação
pectiva internac
de apoio a
toda as lutas dos
explorados pela
aram a este
presente uma
análise exaustiva
da situação política,
económica e
militar portuguesa.
Foram bastante
do MRPP, importantes
algumas das de-
clarações apresentadas
no Congresso de que
destacamos alguns
pontos: um operário
da Setenave,
após ter feito a crítica
aos partidos

Houve uma intervenção intensa da Assembleia, tendo-se aprovado diversas propostas, respeitantes a organização, princípios e objectivos dos Conselhos Revolucionários.

As intervenções foram orientadas no sentido da urgência da formação dos Conselhos, no armanento e organização da classe para a tomada do poder político, na perspectiva internacionalista de apoio a todas as lutas dos explorados pela sua emancipação, estando sempre presente uma análise exaustiva da situação política, económica e militar portuguesa. Foram bastante importantes algumas das declarações apresentadas no Congresso de que destacamos alguns pontos: um operário da Setenave, após ter feito a crítica aos partidos

reformistas e aos não-reformistas que só dividem a classe, afirmou em certa altura "Será que devemos estar à espera de outro 11 de Março, para vermos quem está do nosso lado?"

Após a análise da situação actual, a camarada Isabel do Carmo, alertou a classe, dizendo que "Estamos a um passo da derrota ou da vitória do proletariado", frisando que as actuais nacionalizações se não estiverem incluídos numa economia planificada, dirigida e executada pelos trabalhadores, não passam de uma forma estatal de capitalismo, e não de socialismo. Outras considerações foram feitas no sentido de dependência que Portugal tem do imperialismo, salientando-se a urgência da formação de um novo Exército constituído por todo um povo em armas. Sobre as relações partido-classe, Isabel do Carmo declarou que a ditadura "ditadura do proletariado não é a ditadura do partido mas sim da classe".

Um camarada da Indústria Hoteleira referindo-se às Comissões de Trabalhadores considerou-as impotentes para avançar, recorrendo aos partidos, mais interessados em fazer a sua própria política, do que a política da classe. Referiu-se ao salto qualitativo necessário às actuais Comissões de Trabalhadores, para passarem em fase de reivindicação económica para a luta política. O representante do Jornal 1.º de Maio, durante a análise que fez sobre a situação de Portugal, no plano interno e internacional, disse em dado momento: "Para educar o povo, é preciso ser-se primeiro seu aluno". Sobre a luta da Siderurgia Nacional, esse camarada demonstrou que a classe estava preparada para a produção, sem recorrer aos quadros técnicos. Como foi demonstrado nas últimas lutas, em que os operários proibiram a entrada na fábrica aos engenheiros, continuando eles próprios a produção.

É PERMITIDO A LIVRE EXPRESSÃO DE PARTIDOS FASCISTAS

Um camarada da Lisnave, fez a análise histórica do movimento operário, constatando que "o proletariado vê-se arredado da Revolução", para ser substituído pelo sector que se lhe segue no estatuto social". Como substituto deste paternalismo, é necessária a formação dos Conselhos Revolucionários, co órgãos democraticamente eleitos, surgidos do seio da classe.

Uma camarada da Somapre denunciou o controle que as forças reformistas e não só exercem sobre a classe, criticando em dado momento, "determinados senhores que se arrogam do direito de pensar pela cabeça do povo". Denunciou também o actual poder político, pelos entraves movidos à esquerda revolucionária, enquanto permite a livre expressão a partidos notoriamente fascistas.

Outras intervenções foram feitas no sentido da luta pela independência nacional, denúncia dos partidos que se dizem da classe, mas que só se servem dela para seu uso exclusivo, e a urgência de se criar uma organização autónoma, auto-organizada e auto-suficiente, nos aspectos reivindicativos, políticos e de armamentos.

O delegado do MPLA, salientou a interdependência das lutas dos trabalhadores portugueses e a luta

CONTRA O IMPERIALISMO EM ANGOLA

em Angola, denunciou as ligações entre o falso neutralismo do Alto-Comissariado português e da Unita, com a acção fascista do FNLA, laçao do imperialismo os "Pinochets de Angola". Foi

aprovada uma proposta de ilegalização da demissão do Alto português, um inquérito de Pides reaccionários. Foi afirmado que o MPLA garante a permanência dos brancos em Angola, identificados com a população angolana.

Um estudante referiu um problema dos as:

PLATAFORMA DE OBJECTIVOS PARA OS CONSELHOS REVOLUCIONÁRIOS DE TRABALHADORES, SOLDADOS E MARINHEIROS - APROVADA NO CONGRESSO PRÓ-CONSELHOS REVOLUCIONÁRIOS DE TRABALHADORES E SOLDADOS

CONSIDERANDOS

1.º Ultrapassado que foi o 11 de Março e tendo-se verificado a pouca ou nenhuma organização da classe para dar resposta a um provável golpe reaccionário. Tendo-se verificado que as comissões de empresa após o 7 de Fevereiro, por terem atingido, o máximo do seu poder reivindicativo caíram num impasse.

2.º Considerando o facto de existir o espectro do desemprego que paira sobre os trabalhadores e os impede de reivindicar, facto que possibilita o controle em algumas empresas por parte do reformismo.

3.º Considerando que, tendo-se o reformismo apoderado de algumas estruturas militares e civis, poderá introduzir reformas, que quando muito poderão estabilizar a situação a curto prazo mas nunca a médio ou a longo prazo.

4.º Considerando que o poder militar está dividido em três facções; direita, esquerda e indecisos.

5.º Considerando-se a existência de um verdadeiro poder político, que está nas mãos dos militares com as mais variadas tendências políticas, tendências essas que poderão ir, desde, um esquerda até uma direita que poderá ser reforçada pelos indecisos que existem em grande número nas forças armadas.

6.º Considerando que o imperialismo não está disposto a perder a posição estratégica que ocupa no nosso país, assim como a influência que o processo revolucionário poderá ter nos países

da Europa Ocidental onde o proletariado está mais avançado politicamente

7.º Considerando que o confronto com o imperialismo é inevitável a curto prazo e que a sua derrota não é possível, com o exército actual ou através de cúpulas partidárias.

8.º Considerando que o confronto com o imperialismo exige a organização da classe em armas.

9.º Considerando que a organização da classe nasce de formas autónomas através de comissões eleitas dentro da classe, unitárias de base.

10.º Considerando que esta organização nasce primariamente nas empresas e noutros locais de trabalho onde se travam lutas concretas contra o patronato. Em consequência há que considerar que existem diferenças de níveis de organização nos vários locais correspondentes a diferentes níveis de consciência.

11.º Considerando que os Conselhos Revolucionários não se opõem nem substituem as comissões de trabalhadores, antes consideram que estas têm um papel reivindicativo e que os Conselhos Revolucionários são uma forma mais avançada, directamente política, para a tomada do poder por parte da classe;

I - TAREFAS IMEDIATAS

1.º Esclarecimento por parte de militantes revolucionários operários e militares, da situação política, económica e militar do nosso país.

2.º Eleição imediata dos Conselhos Revolucionários em todos os locais de trabalho, quartéis e locais de habitação.

3.º Elaboração de um plano de acção política, económica e militar do nosso país.

4.º Elaboração de um plano de acção política, económica e militar do nosso país.

3.º Estreitamento entre trabalhadores revolucionários.

II - OBJECTIVOS

1.º Organizar e agir urgentemente para a obtenção de um provável golpe revolucionário.

2.º Formação de um exército revolucionário.

3.º Na fase actual considerar-se a existência de um governo revolucionário de classe. Os C.R.T. p. ser o embrião do verdadeiro governo revolucionário que seje da classe na construção do socialismo.

4.º Chamar a si, activamente, o controle, a direcção, gestão e direcção das empresas e nos campos de trabalho dos quartéis. Cada Conselho Revolucionário definir os objectivos concretos em cada local.

5.º Os Conselhos Revolucionários no poder definir os objectivos da revolução.

1.º A planificação da economia que se opte para a gestão com livre concorrência do capitalismo de Estado.

2.º A Revolução Cultural.

3.º Todo um plano de alteração profunda das estruturas económicas, sociais e culturais para a construção da sociedade comunista através da luta do Proletariado.

NACIONAL OS REVOLUCIONÁRIOS

Outras intervenções foram feitas sentido da luta pela independência nacional, denúncia dos parcos que se dizem da classe, mas e só se servem dela para seu uso clusivo, e a urgência de se criar a organização autónoma, auto-ganizada e auto-suficiente, nos sectores reivindicativos, políticos e armamentos.

O delegado do MPLA, salientou a interdependência das lutas dos trabalhadores portugueses e a luta

CONTRA O IMPERIALISMO EM ANGOLA

em Angola, denunciou as ligações entre o falso neutralismo do Alto-Comissariado português e da Unita, com a acção fascista do FNLA, laço do imperialismo os "Pinochets de Angola". Foi

aprovada uma proposta em que se pedia a ilegalização da UPA-FNLA, a demissão do Alto-Comissário português, um inquérito às actividades da FNLA e UNITA e a expulsão de Pides e brancos reaccionários. Foi afirmado que o MPLA garante a permanência dos brancos em Angola, desde que identificados com a justa luta do povo angolano.

Um estudante referiu-se ao problema dos assalariados

agrícolas e pequeno campesinato, salientando a necessidade do apoio político e cultural do operariado mais evoluído, apontando para a formação de milícias populares, de operários e camponeses.

A NECESSIDADE DOS CONSELHOS REVOLUCIONÁRIOS

Um camarada operário de "A Capital" denunciou os sindicatos cupulistas e reformistas, ligados à Intersindical, que deliberam nas costas dos trabalhadores, sob influência do jogo partidário. Foi aqui abordada mais uma forma de organização autónoma: o poder deliberativo a todos os níveis das assembleias de empresa.

Um soldado revolucionário, após marcar a situação nos quartéis, onde em certas unidades já se avançou na criação de órgãos eleitos e controlados pelos soldados, referindo-se às eleições, afirmou: "ganhe quem ganhar, isto não vai mudar". Um outro camarada militar referiu-se à lei reaccionária que proíbe aos militares defenderem a violência revolucionária, sob risco de serem saneados. Todas estas intervenções foram feitas no sentido de se formarem urgentemente Conselhos Revolucionários nos quartéis, em estreita ligação com os Conselhos Revolucionários de Trabalhadores.

Revolucionários. Foi posto, novamente o salto qualitativo que leva as formas de luta reivindicativas à luta política, salientando-se que os Conselhos não são a continuação linear e mecânica das Comissões de Trabalhadores, mas serão um órgão de poder político organizado de forma a não degenerar em burocracia partidária ou em anarcosindicalismo.

O camarada Carlos Antunes do nosso partido, criticou o voluntarismo, repudiou o capitalismo de estado frisou a não viabilidade de estabilização em democracia burguesa, alertando a classe para novas formas terroristas de poder, o fascismo, que regressarão se não houver uma proposta da classe organizada política e militarmente. À falsa opção reformista, o camarada Carlos Antunes contrapôs a organização autónoma da classe, dizendo: "O poder nunca se partilha. O proletariado ou tem o poder todo, ou então não terá nenhum".

Adiantou as formas que irá tomar o futuro exército popular, com um mínimo de profissionais, sob controle dos soldados e com a participação total de todos os explorados. Os trabalhadores e soldados organizados em Conselhos, não terão uma função meramente defensiva, mas uma acção ofensiva, revolucionária.

Outros militares falaram dos antecedentes dos actuais Conselhos de Unidade, que actualmente não

PLATAFORMA DE OBJECTIVOS PARA OS CONSELHOS REVOLUCIONÁRIOS DE TRABALHADORES, SOLDADOS E MARINHEIROS — APROVADA NO CONGRESSO PRÓ-CONSELHOS REVOLUCIONÁRIOS DE TRABALHADORES E SOLDADOS

CONSIDERANDOS

1.º Ultrapassado que foi o 11 de Março e tendo-se verificado a pouca ou nenhuma organização da classe para dar resposta a um provável golpe reaccionário. Tendo-se verificado que as comissões de empresa após o 7 de Fevereiro, por terem atingido, o máximo do seu poder reivindicativo caíram num impasse.

2.º Considerando o facto de existir o espectro do desemprego que paira sobre os trabalhadores e os impede de reivindicar, facto que possibilita o controle em algumas empresas por parte do reformismo.

3.º Considerando que, tendo-se o reformismo apoderado de algumas estruturas militares e civis, poderá introduzir reformas, que quando muito poderão estabilizar a situação a curto prazo mas nunca a médio ou a longo prazo.

4.º Considerando que o poder militar está dividido em três facções; direita, esquerda e indecisos.

5.º Considerando-se a existência de um verdadeiro poder político, que está nas mãos dos militares com as mais variadas tendências políticas, tendências essas que poderão ir, desde, um esquerda até uma direita que poderá ser reforçada pelos indecisos que existem em grande número nas forças armadas.

6.º Considerando que o imperialismo não está disposto a perder a posição estratégica que ocupa no nosso país, assim como a influência que o processo revolucionário poderá ter nos países

da Europa Ocidental onde o proletariado está mais avançado politicamente

7.º Considerando que o confronto com o imperialismo é inevitável a curto prazo e que a sua derrota não é possível, com o exército actual ou através de cúpulas partidárias.

8.º Considerando que o confronto com o imperialismo exige a organização da classe em armas.

9.º Considerando que a organização da classe nasce de formas autónomas através de comissões eleitas dentro da classe, unitárias de base.

10.º Considerando que esta organização nasce primariamente nas empresas e noutros locais de trabalho onde se travam lutas concretas contra o patronato. Em consequência há que considerar que existem diferenças de níveis de organização nos vários locais correspondentes a diferentes níveis de consciência.

11.º Considerando que os Conselhos Revolucionários não se opõem nem substituem as comissões de trabalhadores, antes consideram que estas têm um papel reivindicativo e que os Conselhos Revolucionários são uma forma mais avançada, directamente política, para a tomada do poder propõem-se;

12.º Considerando que os Conselhos Revolucionários não se opõem nem substituem as comissões de trabalhadores, antes consideram que estas têm um papel reivindicativo e que os Conselhos Revolucionários são uma forma mais avançada, directamente política, para a tomada do poder propõem-se;

I — TAREFAS IMEDIATAS

1.º Esclarecimento por parte de militantes revolucionários operários e militares, da situação política, económica e militar do nosso país.

2.º Eleição imediata dos Conselhos Revolucionários em todos os locais de trabalho, quartéis e locais de habitação.

3.º Estreitamento de relações entre trabalhadores e militares revolucionários.

II — OBJECTIVOS DOS C.R.

1.º Organizar e armar a classe urgentemente para o esmagamento de um provável golpe reaccionário, tanto interno como externo, e organizar-se para a tomada do poder pela classe e exercício do mesmo.

2.º Formação de um verdadeiro exército revolucionário do proletariado.

3.º Na fase actual deve considerar-se a existência de vários partidos que organizem militantes da classe. Os C.R.T. poderão vir a ser o embrião do verdadeiro Partido Revolucionário que seja a vanguarda da classe na construção do socialismo.

4.º Chamar a si, progressivamente, o controle, da administração, gestão e direcção nas empresas e nos campos, e o comando dos quartéis. É tarefa de cada Conselho Revolucionário definir os objectivos concretos e imediatos em cada local.

5.º Os Conselhos Revolucionários no poder terão como objectivo:

1.º A planificação socialista da economia que se opõe à auto-gestão com livre concorrência e ao capitalismo de Estado

2.º A Revolução Cultural.

3.º Todo um plano social de alteração profunda das estruturas económicas, sociais e políticas, para a construção da sociedade comunista através da Ditadura do Proletariado.



O camarada Francisco Marques estão desligados da classe, pelo contrário, já existe uma estreita ligação entre os soldados organizados em Conselhos, não terão função meramente defensiva, mas uma acção ofensiva, revolucionária.

Outros militares falaram dos antecedentes dos actuais Conselhos de Unidade, que actualmente não estão desligados da classe, pelo contrário, já existe uma estreita ligação com os órgãos eleitos pelos trabalhadores.

1.º CONGRESSO NACIONAL PRÓ CONSELHOS REVOLUCIONÁRIOS

LISTA DE EMPRESAS, ORGANISMOS E QUARTÉIS COM TRABALHADORES PRESENTES NO CONGRESSO PRÓ-CONSELHOS REVOLUCIONÁRIOS DE TRABALHADORES NO DIA 19 DE ABRIL DE 1975

EMPRESAS E ORGANISMOS:

Sindicato de Engenheiros Técnicos, E. I. P., Setenave, Lisnave, CUF — Caixa, Hospital de Santa Maria, Câmara Municipal de Lisboa, U. P. L. A., Lusalite, Norma, Somapre, EMFA, Auto-Lusitana, T. L. P., Opercor, A. Dias Santos, Socel, Câmara Municipal da Covilhã, Ministério do Trabalho, Jornal Expresso, João Poque C., Decormalha, Mec, Afrontamento, CUF, Mecânica Sado, Banco do Alentejo Caixa Geral de Depósitos, B. N. U., Setubal-Ford, Diário de Notícias, TAP, E. T. C., Louletana, A. C., J. Tavares & C.ª, Hotel Ritz, Banco Fonseca & Burnay, Bruno J. Herdeiros, Comissão de Extinção PIDE-DGS, Farmácia Pedroso, Banco Espírito Santo Com. Lisboa, Inst. Paints de Port., Le Monde, O Setubalense, Hospitais Cívis de Lisboa, Companhia Port. de Pesca, UTIC, Dyrup, Lusoceram, Malhas Vitória, Gemo-rauto, Firestone Portuguesa, Procolupe, Federação Portuguesa de Futebol, G. P. Setúbal, Copinaque, Indústria Met. Dine, Berol — Copaz, Edições República, Ser-

viço Geológico Port., J. P. C. Santana, Dodge Corticeira, Stampa, Alfândega de Lisboa, Processa, C. P., Inst. de Alta Cultura, Diário de Lisboa, Emissora Nacional, Professores, Desempregados, Alverca-Mague, Fundo de Fomento da Habitação, Propam, Ind. Hoteleira, Caixeiros, Standard Eléctrica, Sopotata, A. S. E. A.-Eléctrica, Doca Pesca, R. T. P., Securitas Custódia, Torres Pinto, Lda., Rádio Renascença, Jornal A Capital, Hospital Santa Cruz, Lavandaria Texas, P. A. E. P., Direcção de Recursos Florestais, A. Sanches, Câmara Municipal de Portimão, Farmacel, Banco Borges & Irmão, Nacional Rádio, Sorefame, Comp. Indust. Hoteleiras, Iral, B. A. Platica, Lda., Tomás dos Santos, Aldite, Rádio Clube de Angola, Sidul, Foto Queirós, Centro Educação Especial, Grunding, E. P. A. L., Escola do M. P. C., Synres Portuguesa, Sind. Livre dos Pescadores, Safil, Seguradora Ind., Ultramarina, Sentencil, Olivetti Portuguesa, Caixa P. Tipógrafos, Auto Pendão, Indofil Porto, Centro Saúde Escolar — Porto, Empresa-Geral de Transportes, RIMA,

Foto-Central da Graça, Santa Casa Misericórdia, Instituto Câmara Pestana, COPAM, Ministério da Justiça, Lusoceram, Hospital Egas Noniz, Rádio Marconi, TV da Rep. Fed.Alemanha, Instituto Nacional de Investigação Industrial, D. S. F. P., Tecnimetra, Médicos, Papelaria Nice, Pescadores — Sesimbra, Raul Penaguão, Lda., Olavo Cruz, Lda., Conservatório Nacional, Gaslimpo, Sorval, Gabinete Planeamento Setúbal, B. A. Catela, Lda., Sogrape, Garagem S. João, Covilhã, Laboratório IN-TERCOLA: Nova Penteação e Fiação — Covilhã, Sind. Trab. Electricistas Sul, Fundação Gulbenkian, Jornal Novo, Lincuri, Garantia Funchalense, Cembalteque, Melka, Escola Alfredo da Silva, Petroquímica, Canon, Matmer, Lda., Comol, Banco da Agricultura, MIRA — Estúdios Gráficos, Iberol, Gráfica Mirandela, Gráfica Boa-Nova, Meliã — Camionagem.

MILITARES:

Ministério da Marinha, Caxias, Hosp. Militar Principal, Esc. Prática Ser. Material, Dep. Geral Adidos Força Aérea, Direcção-Geral Mat. Guerra, Fábrica Nac. Munições Armas Lig. de Mosca-vid, Esc. Prática Serviço Material, Guarda Nacional Republicana, Copcon, Aeródromo Base N.º 1, Esc. Militar Electro-Mecânica, Dir. Serviço Material, Alfeite, Esc. N.º 2 da Fap, Arsenal, Bat. Caçadores N.º 6, D. S. A., Estado Maior Exército, Militares de Espinho/G. D. A. C. I., Esc. Prática Transmissões, Engenharia NCI, Escola Prática Infantaria — Mafra, R. I. D. R., Tancos, Quartel Sacavém.

PARTIDOS E MOVIMENTOS POLÍTICOS

PRP-BR, MRPP — observadores, BASE, PAIGC, M. P. Dominicano — P. M. L., J. C. R., Lotta Continua, P. C. Bras. Revolucionário, Internacional Socialistas (Ing.) Jornal 1.º de Maio.

ENSINO

I. S. Económicas, Liceu do Barreiro, I. S. C. S. L., Colégio Académico, Liceu D. Leonor, Escola António Arroios, ISPA, Faculdade de Letras, Escola Preparatória Afonso de Albuquerque, Inst. Adolfo Coelho, Facul. Medicina, Liceu D. Pedro V, Escola Alfredo da Silva, Escola Enfermagem Gulbenkian, Liceu Passos Manuel, Fac. Direito de Coimbra, Escola Prática D. Dinis, I. C. S. T., Escola Emídio Navarro

PROPOSTA DO MPLA APROVADA NO CONGRESSO

O Congresso Nacional de Trabalhadores Pró-Conselhos Revolucionários, tendo analisado a situação política em Portugal e também em Angola e, em particular os acontecimentos desde 21 de Março e considerando:

1 — que a onda de massacres ocorrida recentemente em Angola, é uma manobra do imperialismo americano, e do seu principal laiaio em Angola — F.N.L.A. — em intimidar e aterrorizar as populações, prender e chacinar os militantes e simpatizantes do M.P.L.A. e criar as condições para um grande golpe de mão, de extrema-direita, que coloca a F.N.L.A. no poder, isolando o M.P.L.A.

2 — que a F.N.L.A. de características fascistas que não serve o interesse do povo angolano e é por este repudiado.

3 — que a conquista do poder pela F.N.L.A. traduzirá a continuação da exploração do povo angolano pelo imperialismo americano e terá inevitáveis

repercussões em Portugal.

4 — a pretensa neutralidade da U.N.I.T.A. e da parte portuguesa do governo de Angola, tendo à sua frente o Alto-Comissário Silva Cardoso, não é senão uma forma de apoio à política reaccionária da F.N.L.A.

Delibera:

1 — Repudiar as manobras reaccionárias e assassinas da F.N.L.A. e a neutralidade cúmplice da U.N.I.T.A. e do Alto-Comissário português

2 — Manifestar o seu integral apoio ao M.P.L.A., vanguarda revolucionária do povo angolano.

3 — Exigir a imediata demissão do Alto-Comissário português em Angola e a expulsão dos ex-pides e colonos reaccionários da OPLDCA.

4 — Convidar as forças efectivamente progressistas e as massas populares a manifestar por todas as formas o seu apoio ao M.P.L.A. e o seu repudio à política da F.N.L.A. e à cumplicidade do Alto-Comissário português em Angola.

COMUNICADO DA JUNTA DE COORDENAÇÃO REVOLUCIONÁRIA

Camaradas trabalhadores:

A nossa Junta de Coordenação Revolucionária, integrada pelo MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO NACIONAL DO URUGUAY — TUPAMAROS, e MOVIMENTO DA ESQUERDA REVOLUCIONÁRIA DO CHILE, o EXERCITO DE LIBERTAÇÃO NACIONAL DA BOLÍVIA, e o EXERCITO REVOLUCIONARIO DO POVO DA ARGENTINA, dirige-se aos trabalhadores revolucionários portugueses, com o objectivo concreto de exprimir uma solidariedade activa para com a formação dos Conselhos Revolucionários de Trabalhadores.

Esta iniciativa, como todas as outras que levem à unidade da classe trabalhadora e à disputa concreta do poder à burguesia, merecem dos revolucionários de todo o mundo o mais decidido apoio e solidariedade activa.

Fazemos aqui um veemente apelo à unidade da classe trabalhadora, ao mesmo tempo que alertamos contra o mais grave perigo que ameaça esta tarefa organizativa — o sectarismo.

O sectarismo, hoje, em todos os lugares do mundo, é o instrumento mais eficaz que a burguesia introduz nas fileiras do proletariado. E a forma mais decidida de debilitar o avanço incontestável daqueles que trazem o progresso social na história da humanidade.

Disputemos decididamente o poder aos exploradores. Organizemos os camaradas trabalhadores, camponeses e soldados; para instaurar um mundo sem exploradores nem explorados: a sociedade socialista.

É um longo caminho aquele que empreendemos. A palavra de ordem é organizar as forças da classe trabalhadora e o povo para desenvolver na luta um novo poder; o poder daqueles que tudo produzem, daqueles que movem as rodas da história para dominar a natureza e pô-la ao serviço do homem.

Para conseguir esse objectivo é imprescindível destruir os exploradores e o imperialismo, aonde quer que estes se encontrem.

PORTUGUESES, só a unidade da classe trabalhadora, juntamente com o resto dos oprimidos, será a efectiva garantia da derrota da reacção.

VIVA A UNIDADE DA CLASSE TRABALHADORA E DO POVO PORTUGUES!

VIVA O INTERNACIONALISMO PROLETARIO!

AVANTE COM A ORGANIZAÇÃO DOS REVOLUCIONÁRIOS!

VIVA A DITADURA DO PROLETARIADO!

E. L. N., M. L. N.

1.º CONGRESSO

Continuação pág. 9

A ORGANIZACÃO DOS CONSELHOS ESTÁ EM MARCHA

Na sessão do dia 20, as intervenções foram feitas dentro da mesma perspectiva revolucionária do dia anterior, sendo informada a Assembleia da experiência do Conselho Revolucionário da Marinha Grande, como exemplo para os futuros Conselhos a formar.

Foram feitas inúmeras intervenções, tendo Francisco Marques apresentado a opção fundamental que se põe ao proletariado: a sua ditadura ou a ditadura de Partido, no caso da derrota da burguesia. Após historiar a luta autónoma da classe antes e depois do 25 de Abril, apontou a necessidade da criação dos Conselhos Revolucionários, como única forma de se sair do impasse, em que entraram as Comissões de Trabalhadores, sair do impasse, em que entraram as Comissões de Trabalhadores, por não terem uma perspectiva de tomada do poder.

Outras intervenções foram feitas no sentido de chamar para as fileiras da Revolução, militantes comprometidos com o reformismo, ultrapassando cúpulas com-

prometidas com a conciliação de classes. Um camarada assinalou que não estavam presentes no Congresso, comissões de trabalhadores rurais, por estarem na prática a fazer a Revolução, nas ocupações de terras. Referiu-se, neste sentido à organização existente em Alcoentre, onde os camponeses se organizaram em cooperativa.

Dois camaradas, operário e um militar deram conhecimento à Assembleia da grandiosa manifestação de Roma, organizada pela "Lotta Continua", que congregou dezenas de milhares de operários e soldados, que reinterar o seu apoio militante à Revolução portuguesa e onde intervieram.

O Congresso encerrou-se, após a eleição de um Secretariado de Trabalhadores, soldados e marinheiros que irão orientar e dinamizar futuramente os Conselhos Revolucionários, já formados e a formar, na perspectiva de Revolução Socialista e da Ditadura do Proletariado. Este secretariado tem 9 operários metalúrgicos (setenave, Lisnave, Tap), 1 operário gráfico, 1 operário da electrónica, 1 controlador corticeiro, 1 empregado de escritório, 1 professor e 1 desempregado, 5 soldados, 2 furrieis, 1 tenente e 2 capitães.

PARA A CONSTRUÇÃO DO COMUNISMO

Intervenção de Isabel do Carmo no Congresso dos C. R. T. S. M.

A intervenção que vou fazer, não é uma intervenção pessoal, mas sim a mensagem do PRP-BR a este congresso, e é simultaneamente uma saudação e uma análise política da situação actual.

Antes de tudo o PRP-BR sauda este Congresso Pró-Conselhos Revolucionários e considera que pode nascer hoje, aqui, a futura vanguarda da classe, o futuro órgão do poder da classe perante o qual, nós como partido estamos dispostos a anularmo-nos e colocarmo-nos sob o seu poder.

A UM PASSO DA VITÓRIA OU DA DERROTA

Considerando a situação política actual, nós pensamos que à cabeça não que considerar que as últimas semanas nos trouxeram um dado que pode ser considerado uma forma nova. O que se discute actualmente é o poder e a conquista do poder, e o que está à cabeça da análise é o poder e as formas que o poder assume. Isto quer dizer também que estamos a um passo, a pouco tempo da vitória ou da derrota do proletariado. E por isso, é para nós neste momento a discussão principal. É o poder, a forma como o conquistar, as formas de luta, as formas de organização para a conquista final do poder pelo proletariado.

E nesse aspecto pensamos que a situação deu um salto qualitativo, que há uma nova qualidade na situação, tanto mais quanto a situação económica se tem modificado nas últimas semanas.

O PROLETARIADO AINDA NÃO ESTÁ NO PODER

Consideramos que em relação à situação económica as nacionalizações têm de ser consideradas numa análise que se faça da situação económica. Efectivamente as nacionalizações que começaram por ser a dos bancos e a dos seguros, que agora são das indústrias base e que vão progredir para outras indústrias, indústrias de transformação, têm que ser analisadas aos olhos do proletariado porque facilmente elas podem ser utilizadas enganando o

proletariado e enganando as questões principais. E mais uma vez dizemos que o que se põe em causa é a questão do poder, porque pensamos que as actuais nacionalizações e as futuras nacionalizações, aquilo a que podem conduzir é ao capitalismo de Estado e não ao socialismo. E nesta questão nós dizemos, o que o proletariado discute não é que a Siderurgia seja ou não nacionalizada, a Siderurgia até já está nacionalizada, o que o proletariado discute é quem está no poder e há uma coisa que é verdade é que o proletariado não está no poder. Portanto quem nos quer enganar, dizendo que estamos a construir o socialismo, que estamos na via do socialismo e que há que defender o socialismo, não está a dizer a verdade, quem está no poder não é o proletariado.

A ECONOMIA

Para além disso e continuando a analisar a crise económica, que quanto a nós foi o principal factor que fez o 25 de Abril e foi o principal factor do processo que se desenrolou durante estes meses, para nós as nacionalizações actuais e futuras que se projectam não são uma solução para a crise económica. Nós pensamos que o que se está a dar actualmente é que há uma substituição dos antigos patrões pelo Estado, e o Estado passa a funcionar como patrão. Não há uma planificação económica, não há uma planificação socialista da economia e não há os trabalhadores à frente dos destinos da economia. Estes dois pontos nós pensamos que devem ser dois pontos de batalha do proletariado nos confrontos ideológicos que se dão neste momento e que há que responder que nem esta economia é planificada de uma forma socialista, nem os trabalhadores estão à cabeça dos destinos dessa economia. E quanto a nós isto é o suficiente para negarmos que esta forma esteja a caminho do socialismo, e o suficiente para afirmarmos que se está a caminho do capitalismo de Estado, que para nós, além do mais é derrotado a curto prazo pelo imperialismo, porque não constitui qualquer saída para a situação económica deste país. E contrapomos a isso uma economia

partidária e querem neste momento ser eles a vanguarda numa revolução que seja planificada, analisada, dirigida e executada pelos trabalhadores e que seja completamente transformada no sentido deste país produzir bens de primeira necessidade, no sentido deste país não estar a dar rendimento à Suécia, aos donos da Lisnave, da Setenave, aos donos da Electrónica, do imperialismo, no sentido deste país se tornar independente tendo relações económicas diversificadas em todo o mundo, e muito particularmente com os países do Terceiro Mundo e em especial com as ex-colónias portuguesas em relações de igualdade e de fraternidade.

Portanto a nossa proposta sobre o ponto de vista económico não é transformar a actual situação económica portuguesa, substituindo os patrões, por outro patrão, é uma total transformação da economia portuguesa, única forma de sobreviver o socialismo em Portugal. Quanto à situação militar, nós pensamos que à medida que o tempo tem avançado se tem definido mais a análise que fazíamos logo após o 25 de Abril e em que dizemos que dentro do MFA e dentro das F.A. há de tudo, e não se pode considerar em bloco nem uma coisa nem outra. Hoje consideramos que cada vez se definem mais as várias tendências existentes dentro das F.A. e dentro do MFA há homens de direita e têm demonstrado bem que são homens de direita porque havia homens dentro da Assembleia que estiveram dispostos a com-

A constituição desta mesa é para nós a demonstração de que há trabalhadores, de que há soldados e de que há oficiais dispostos a traçar um caminho comum e a ir até ao fim na Revolução. Esta análise que nós fizemos das F.A. e do M.F.A., é uma análise da qual tiramos conclusões sob o ponto de vista de organização.

O PODER ACTUAL

Em relação ao poder político consideramos que o poder actual e muito particularmente Conselho da Revolução, há homens de direita que demonstram bem que o são, há homens revolucionários com todas as contradições que tem um homem revolucionário e que está no poder, como é o actual poder político em Portugal, e homens de centro, nos quais englobamos aqueles a que chamamos os reformistas, que para nós são não só, aqueles que estão ligados aos partidos reformistas, como também aqueles homens políticos que por razões de classe têm uma posição política reformista. E pensamos que nesse aspecto há um grande número de militares e políticos no actual poder político e militar, que sem terem filiação partidária, neste ou naquele partido reformista, têm uma posição de classe que é uma posição reformista, e isto há que considerar na análise política actual. E há também que considerar que há homens dentro do actual

volução socialista e nós negamos que esses militares sejam a vanguarda da Revolução Socialista, porque consideramos que a vanguarda é a organização da classe.

FALSAS SAIDAS

Perante esta divisão do poder político e militar, a situação económica que existe em Portugal, nós consideramos que há uma situação de impasse, perante a qual se apresentam várias falsas saídas, e pensamos que aos revolucionários compete a saída revolucionária.

Quanto às falsas saídas pensamos que se tem desmascarado suficientemente a ilusão que tinham os sociais-democratas europeus, que em Portugal se pudesse desenvolver uma situação de estabilização em democracia burguesa. A democracia burguesa não se estabiliza em Portugal e já ninguém tem ilusões sobre isso e já nem é preciso demonstrar.

Mas neste momento a falsa saída que se nos apresenta à porta, que é necessário combater, (e contra a qual nós consideramos como partido que é necessário travar uma luta ideológica) é a saída reformista. Nós pensamos que neste momento, está muito próxima uma alternativa verdadeiramente revolucionária, e é também o momento em que o reformismo-revisionista procura num último estertor e por isso mesmo, uma última forma de procurar por todos os meios o poder, procura

impor a sua alternativa. Por isso sabemos que a forma porque o revisionismo-reformista, nas últimas semanas, por vezes policialmente, se tem procurado impor junto dos trabalhadores, se tem procurado infiltrar no aparelho de Estado, é quanto a nós a última forma desesperada, mas também a mais prepotente possível de procurar assegurar-se numa situação, que quanto a nós não tem qualquer viabilidade em Portugal.

O JOGO DO IMPERIALISMO

Acima deste jogo de poder político e de tentativa de conquista do poder pela alternativa reformista-revisionista está concertada o jogo do imperialismo para quem o problema português é concertado, um dos maiores problemas em todo o mundo. Não é pela exploração económica de Portugal, mas é pela situação estratégica de Portugal que o imperialismo considera que aqui se trava uma batalha de vida ou de morte.

E por isso consideramos que o imperialismo americano com os seus agentes na social-democracia europeia, não vai deixar de modo algum que em Portugal a situação



prometer-se no golpe de extrema direita do 11 de Março. A demonstração ficou feita mas também dizemos que dentro das F.A. há homens revolucionários e não aqueles, que por razões de classe, o são, os soldados mas também homens com origem na burguesia, oficiais que ao longo deste processo e por causa deste mesmo processo e das transformações que se têm dado e por causa da situação em face da qual estão, estão dispostos a estar ao lado da classe operária e têm-no demonstrado.

poder político, que não estando vinculados a partidos, mas também não sendo revolucionários, não sendo capazes de se subjugar à classe, e de se subjugar aos órgãos de poder da classe, querem ser a vanguarda numa revolução a que chamam socialista. E este é também um factor que se tem vindo a desenhar muito particularmente entre os militares e que nós temos que considerar, e que se tem vindo a manifestar com posições públicas. Há militares sem filiação

O IMPERIALISMO TEM CÚMPLICES EM S. TOMÉ

(Continuação da pág. 6)

político, nomeadamente os ministros demitidos.

Esta tese teve inicialmente a aprovação do bureau político, como pode ser provado pela acta da reunião, tendo havido inclusivamente correspondência entre o 1.º ministro e o Alto-Comissário no sentido deste tomar medidas para a dissolução

da parte do continente nativo do corpo do exército. Ora o alto-comissário em vez de dar uma resposta à carta do 1.º ministro, vai para a Companhia de Caçadores 7 fazer um discurso dizendo que enquanto for comandante-chefe não consentiria na dissolução daquele corpo do exército.

REVOLUÇÃO: Há assim uma aliança do alto-comissário com os sectores mais reaccionários do

MLSTP?

RESPOSTA— Os factos acontecidos nestes últimos tempos apontam nesse sentido. O que é certo é que ele se recusou a dissolver aquele corpo do exército. O bureau político, inclusive o secretário-geral, entraram para o país para resolverem a situação, e o alto-comissário faz ameaças graves ao MLSTP tais como:

1.º antecipação da independência de S. Tomé e Príncipe para fins de Março ou para Abril.

2.º Retirada de todos os portugueses do território para o que pediria um barco.

3.º Retirada de toda a ajuda económica de Portugal ao território.

REVOLUÇÃO: Qual foi a resposta do bureau político a essa ameaça do alto-comissário?

R ESPOSTA— O bureau não era monolítico. O sector progressista achava que não se deveriam submeter a ele, e como é óbvio os sectores reaccionários submeteram-se cegamente e começaram a perseguir ferozmente os militantes de base da Associação Cívica.

Importa aqui salientar que o namoro encetado por esses dirigentes do MLSTP com o imperialismo está ligado aos interesses de classe destes dirigentes. É assim que se compreende que a base do MLSTP e os sectores mais progressistas do bureau político se oponham firmemente a toda a tentativa do alto-comissário de conduzir o país ao neo-colonialismo.

REVOLUÇÃO: Nota-se neste momento uma tentativa de isolamento do sector progressista do bureau político e da ex-Assoiação cívica provocada pelas infiltrações imperialistas. De facto, existiam ligações de certos elementos com os meios gaboneses e franceses, tendentes a vender propriedades agrícolas em S. Tomé e Príncipe. Um desses elementos do governo de Transição para os Assuntos Sociais, o cupando com a remodelação ministerial a pasta da Comunicação Social.

Está acção foi desenvolvida no próprio seio do bureau político, apoderando-se da situação esta facção reaccionária, apoiada pelo Secretário-geral. São afastados os ministros mais progressistas e a tropa, que deveria ser dissolvida, é utilizada para intimidar e fazer provocações aos militantes de base e aos membros progressistas do bureau político.

Perante a situação qual foi a posição tomada pelo governo português?

RESPOSTA— Espanta-nos que até ao momento o governo português não tenha tomado uma posição clara. Esperamos que o povo português, uma vez informado tome uma posição inequívoca, e se até hoje não se verificou essa tomada de posição nós compreendemos, uma vez que, do que se passou aqui em S.T.P. só se sabe o que o sr. Alto-Comissário veio contar a Lisboa.

Aqui, tal como em S. Tomé tudo o que ele fez foi tentar calar a voz dos verdadeiros defensores da independência real do povo de S.T.P. Ele fez distribuir através do Ministério da Comunicação Social, um comunicado aos órgãos de Imprensa, dizendo que estavam em Lisboa indivíduos que pretendiam

perturbar o pacífico processo de descolonização. Efectivamente quanto a isso, nós dizemos que se é este o processo de descolonização que se verifica é claro que nós pretendemos perturbá-lo porque nós somos anti-colonialistas, anti-neocolonialistas, anti-imperialistas e quando existe um processo de descolonização que aponta no sentido do neo-colonialismo o mínimo que se poderia esperar seria um não vivo e militante a um processo desse tipo.

Quando os elementos do bureau político decidiram regressar a S. Tomé devido à situação que lá se vivia foi decidido que três elementos ficariam em Libreville com a função de contactarem o governo português, OUA, e ONU e as nações amigas com vista a uma explicação do que se passava em S. Tomé e a um pedido de apoio.

Verifica-se que um deles adoece por artes mágicas, aparecendo dois dias depois. Outros dois elementos ao chegarem a Portugal verificaram que o alto-comissário que já tinha chegado lhes barrara todos os canais que os pudessem conduzir aos dirigentes portugueses. É de realçar que em S. Tomé o alto-comissário tinha antecipado a viagem com vista a chegar a Portugal mais cedo, antes da missão. Desta forma ele conseguiu que os dois elementos não fossem ouvidos e recebidos pelo governo Português. Isto é quanto a nós, mais uma manobra do alto-comissário no sentido de abafar, fazer com que o processo que se desenrola em S. Tomé e Príncipe não transpire.

REVOLUÇÃO: Perante a situação criada desejam fazer algum apelo ao povo português?

RESPOSTA— Nós desejávamos apelar para o povo português no sentido de estar alerta e vigilante. Nós congratulamo-nos com a vitória, a grande vitória que foi obtida no dia 11 de Março pelas forças progressistas. Sabemos que a reacção de modo nenhum desiste as primeiras tentativas. O povo português deverá portanto estar muito vigilante. Chamamos também a atenção de todos no sentido de se informarem do que na realidade se está a passar em S. Tomé e Príncipe, porque as informações dadas pelo alto-comissário não correspondem à realidade. O nosso povo passa agora por uma fase bastante difícil, na qual se está orquestrando a implantação dum regime neo-colonial no nosso país. É nosso dever alertar e pedir a colaboração militante de todas as organizações verdadeiramente progressistas.

Nós acreditamos na força organizada da classe operária e dos trabalhadores portugueses e nós acreditamos que são esses trabalhadores portugueses que de mãos dadas com os trabalhadores do nosso país irão barrar o caminho à reacção, ao neo-colonialismo, ao imperialismo em S. Tomé e Príncipe e em Portugal.

PARA A CONSTRUÇÃO DO COMUNISMO

Continuação pág. 11

se passe suavemente Os reformistas pensam que enganam o imperialismo fazendo o socialismo degraçar a degraçar, ou grau a grau, como se o imperialismo se deixasse enganar. Nós consideramos que o imperialismo está extremamente atento à situação em Portugal e que a situação em Portugal influencia imediatamente a de Espanha, a de França e a de Itália e que a instauração dum regime socialista em Portugal é um salto em frente na situação do movimento operário internacional por isso consideramos que o perigo imperialista é um perigo real e que ele se fará sentir aqui; e pensamos mesmo que o imperialismo aqui pode ultrapassar o apoio à reacção interna, pode ultrapassar aquilo que foi no Chile, pode chegar à invasão como foi no Viet Nam como foi em S. Domingos. É perante esta análise e perante a inevitabilidade do confronto com as forças imperialistas que nós fazemos a nossa análise revolucionária como alternativa revolucionária. É perante a análise de que o confronto é inevitável que nós dizemos, que a classe operária se deve organizar para a revolução e que tem que constituir uma alternativa revolucionária. E como partido dizemos - basta das organizações de esquerda andarem a reprovarem, a culpar os reformistas de não fazerem a revolução.

ALTERNATIVA REVOLUCIONÁRIA

Os reformistas não fazem a revolução e escusam as organizações de esquerda de passar a vida, em todos os seus programas e na sua intervenção política a fazer a crítica do reformismo. As organizações de esquerda, a classe operária o que têm é que ter uma alternativa revolucionária o que têm é que fazer a revolução. E é este o momento, e rapidamente, de construir as bases para essa revolução que quanto a nós não é caso de um ano ou de meses, é um caso de muito pouco tempo. É imperioso, é urgente a organização operária. E quanto a nós a organização da classe para a revolução, para a tomada do poder e para o exercício do poder, em de ser a organização saída das bases

do proletariado, eleita pelas bases do proletariado. Nesse aspecto quanto a nós os Conselhos Revolucionários eleitos nas empresas, nos quartéis, podem ser a base de um órgão do poder revolucionário que saia da própria classe e é essa organização revolucionária para a Revolução Socialista em Portugal. Nesse aspecto queremos denunciar que repudiamos todas as formas militares de conspiração, sejam elas de esquerda ou seja do que for. Pensamos que neste momento em Portugal o que se impõe revolucionariamente, é o povo em armas, são os trabalhadores em armas, e não são conspirações de palácio ou de caserna, mesmo que elas sejam feitas por indivíduos que e se intitulem de esquerda ou mesmo de extrema esquerda. Ninguém neste momento tem o direito de conspirar politicamente ou militarmente, a ocultar da classe. A classe ou se organiza e toma ela própria as armas, e toma ela própria a condução da revolução, ou então continuamos a ter paizinhos da revolução, continuamos a ter indivíduos a auto-proclama rem-sen-representantes da classe. Portanto para nós como partido, a proposta que fazemos como alternativa revolucionária é a organização imediata nos locais de trabalho nos quartéis, nos locais de habitação.

Os Conselhos Revolucionários armados e organizados entre si disciplinados com disciplina revolucionária e não com a disciplina burguesa do exército actual, capazes de travarem um confronto que virá de certo com as forças do imperialismo. E, estamos cientes, ou essa organização se forma para travar esse combate com o imperialismo, porque o imperialismo aqui vai jogar a fundo e não são as organizações de cúpula dos reformistas, não são as conspirações de bastidores dos militares, que conseguem resistir ao imperialismo (é uma ilusão eles serão derrotados e com eles os revolucionários portugueses), ou os revolucionários e os trabalhadores portugueses estão todos em armas, unitários na base com organismos eleitos e todos em face uns dos outros, como os povos do Viet Nam, das ex-colónias portuguesas, de Cuba, e são capazes de o fazer, ou em Portugal haverá uma derrota para os

trabalhadores portugueses.

A DISCUSSÃO DO PODER

É neste momento que isto se discute, e isto é a discussão do poder, como é que ele se organiza neste momento, como é que ele vai ser conquistado, como é que vai ser exercido. E nesse aspecto nós estamos dispostos como partido a defender até às últimas consequências que seja a classe e os seus organismos eleitos a conquistar esse poder e a tomar esse poder.

E nesse aspecto dizemos: Defendemos a existência dum partido revolucionário, defendemos a nossa existência como partido revolucionário, capaz de fazer uma análise global da situação, capaz de ter um núcleo de militantes que resista se houver uma derrota, capaz de resistir ao imperialismo, como núcleo que persiste, mas dizemos - nós não queremos tomar o poder, nós pensamos que se for o nosso partido ou outro qualquer a tomar o poder é uma burla, é um partido a tomar o poder em nome da classe, e não é a classe a tomar o poder.

Consideramos que a ditadura do proletariado não é ditadura do partido mas sim a ditadura da classe sobre a burguesia. É a ditadura exercida por órgãos eleitos pela classe. Por isso consideramos que hoje aqui se pode viver um momento histórico durante o qual estão a nascer os embriões desses órgãos eleitos pela classe. E continuando nós a reivindicar o direito de existir como partido, estamos dispostos e os nossos militantes têm de estar dispostos nos seus locais de trabalho a submetermos-nos às decisões democraticamente tomadas pelos Conselhos democraticamente eleitos.

Camaradas

Que estes dois dias possam ser dois dias em que se forme uma alternativa revolucionária. E pode ser que depois desses dois dias seja tarde demais, estamos demasiados próximos da discussão do poder em Portugal. É demasiadamente sério este momento.

O PRP-BR deseja que estes dois dias sejam dois dias para a discussão do novo poder, para a construção do comunismo em Portugal.

AMÉRICA LATINA

ARGENTINA

a situação actual

Vamos ilustrar com uma série de notas acerca do processo argentino, a experiência dos revolucionários que, seja qual for o lugar onde a luta se desenrole, contribui substancialmente para a compreensão dos que lutam pela libertação do jugo capitalista, para todos aqueles que a vida e a sua condição de explorados impulsiona para o confronto com o inimigo de classe: o capitalismo e o inimigo do género humano, o imperialismo.

Por outro lado, estas notas tendem a romper a espessa neblina do diversionismo ideológico com que as classes dominantes ocultam os triunfos da classe operária e do povo, ao nível mundial.

A intervenção prática do Partido Revolucionário dos Trabalhadores na luta de classes argentina data do ano de 1969, quando se produziram violentos levantamentos de massas, conhecidos como "cordobazo", "rosariato", "tucumanazo", etc, referindo-se às cidades onde se concretizaram os levantamentos.

Essas heroicas convulsões marcaram a fogo numerosos camaradas operários, camponeses e estudantes, que agrupados no PRT, decidiram implantar as bases do Exército Revolucionário do Povo e consolidar uma direcção proletária e transformar as novas tarefas que se apresentavam aos revolucionários argentinos. O Congresso do PRT realizou-se nos primeiros meses do ano de 1970. A partir de uma análise correcta da situação pré-revolucionária existente traçaram-se as orientações básicas nas variadas frentes de actividade, assim como as metas estratégicas a atingir. As experiências dos povos russo, vietnamita, chinês e cubano principalmente, contribuíram inestimavelmente para a elaboração da linha político-militar do nosso partido de combate.

Os posteriores anos de luta, encarregaram-se de confirmar a justiça das apreciações. Com alguns retrocessos parciais, avançamos no processo de guerra popular revolucionária, com a convicção de que o nosso caminho é legítimo, necessário e progressista. Legítimo, porque o nosso potencial humano encontra a sua base de sustentação e desenvolvimento nas grandes maiorias exploradoras da nossa pátria. É delas que se alimentam as nossas fileiras e elas são cada vez mais as protagonistas da nossa guerra revolucionária de massas.

Necessário, porque como sinalava o Che, são os burgueses e os imperialistas quem nos empurra para esta guerra e não há outro remédio senão empreendê-la.

Progressistas, enquanto que encabeçada pelo proletariado, tende a libertar toda a sociedade do jugo capitalista e imperialista, classes,

tornando já impossível a exploração do homem pelo homem. Somos amantes da paz, mas não pacifistas. Como os bolcheviques, os revolucionários argentinos combatem para que essa paz futura seja uma realidade. As guerras só se suprimem numa sociedade sem

mundo de desenvolvimento, o capital nacional está restrito a limites cada vez mais estreitos. Chegado a um certo grau de crescimento, as empresas nacionais não têm outro caminho para manter-se e continuar o seu desenvolvimento, senão associarem-se ao capital estrangeiro.

A Argentina não é uma excepção. A penetração imperialista não cessa de aumentar. Já não se trata das grandes firmas estrangeiras que unicamente se instalaram, e que controlam sectores substanciais da economia. As próprias empresas estatais sofrem a penetração da dependência tecnológica, e em alguns casos produziram-se transferências do sector público para o controle imperialista.

Outra nota característica da economia argentina é a deformação do processo produtivo, orientado conforme as necessidades das grandes metrópoles. Deste modo o rumo económico de países como a Argentina depende directamente dos planos das grandes empresas estrangeiras, planos elaborados de acordo com os interesses globais dessas empresas multinacionais. Elas decidem produzir aqui por exemplo, o que lhes resulta mais benéfico pela existência de matéria prima, pela mão-de-obra barata, pelas facilidades que obtêm dos governos. Assim determinada pelos interesses dessas empresas nas suas metrópoles, alheios totalmente e opostos aos interesses do povo trabalhador, a economia acentua a sua deformação em prejuízo da grande maioria do país.

Os governos burgueses dos países dependentes, por sua vez incapazes de opor-se à dominação imperialista, já que isso implicaria um profundo processo revolucionário socialista que nenhuma corrente burguesa poderia compreender, tende cada vez mais a desempenhar um papel contra-revolucionário de controle e repressão da luta de massas, de polícias dos interesses das empresas estrangeiras e garantes dos seus enormes lucros.

O Governo peronista vem cumprindo à letra esse papel com expresso regozijo norte-americano. O Pacto Social (acordo entre a burocracia sindical e a grande burguesia), a Lei dos Investimentos estrangeiros, a Lei das Associações Profissionais (que cerceia a democracia sindical), as Reformas do Código Penal, a defesa



militarizada dos locais de trabalho a favor das empresas imperialistas, como a cruzada contra-revolucionária da luta anti-guerrilha, são umas das tantas amostras da submissão do populismo ao domínio imperialista. Apesar de todas estas medidas orientadas para conter a luta de classes, que se articulam com o assassinato de milhares de populares, a classe operária e o povo argentino não cessam a sua acção antes a incombentem. Dia após dia sucedem-se as mobilizações, ocupações de fábrica, concentrações de camponeses, acções de guerrilha e outras formas de luta das massas.

Há um consenso generalizado nas mais amplas massas de rechaçar a dominação imperialista. Já não se aceita a exploração, não aceitam o jugo capitalista que lhes foi imposto. O auge das massas iniciado em 1969, não se deteve, continuando a ampliar o seu domínio e a sua profundidade. As organizações progressistas e revolucionárias crescem consideravelmente na sua influência, quantidade e qualidade. O feudo dos burocratas sindicais encontra-se ameaçado seriamente pelo sindicalismo combativo e de classe.

Expandem-se as organizações reivindicativas dos camponeses e moradores em habitações degradadas. As unidades guerrilheiras vão-se convertendo em poderosas ferramentas de combate, como a nossa "Compañia de Monte Ramon Rosa Jimenez" e o partido do proletariado o nosso PRT, avança consistentemente na sua maturação na sua consolidação política e orgânica, na sua penetração e influência de massas.

Correspondente de "El Combatiente", órgão oficial do Partido Revolucionário dos Trabalhadores da Argentina.



a situação económica e social

Encravada no extremo sul da América, com mais de dois milhões de km², vinte e cinco milhões de habitantes e riquezas naturais. É hoje um país capitalista dependente. O capitalismo neocolonial argentino, integrado totalmente na economia mundial capitalista, está sob o controle das companhias imperialistas que estruturam uma sólida cadeia de dominação. De tal modo que esse desenvolvimento capitalista está cada vez mais determinado pelas necessidades e planos das em-

presas multinacionais e paralelamente os governos burgueses devem cumprir cada vez mais o duplo papel de conter a revolução proletária e oferecer as melhores condições possíveis para a actividade do capital estrangeiro.

O mundo capitalista contemporâneo caracteriza-se por uma crescente centralização, por um fortalecimento vigoroso das grandes empresas, por um controle imperialista cada vez maior dos recursos fundamentais das economias dependentes. Nesse

COMUNICADO

AOS TRABALHADORES DE VALENÇA

Começou às 0 horas do dia 2/4/75 a campanha eleitoral, para umas eleições destinadas a que seja elaborada uma constituição política.

As eleições concorrem organizações políticas que pretendem defender os trabalhadores, e outras organizações que defendem o capital.

Nesta campanha, a luta eleitoral, desenvolve-se mais fortemente entre as organizações que se arvoram em representantes dos trabalhadores, pois os partidos do capital confiam no dinheiro dos patrões, nas influências dos caciques da terra (professores, médicos, advogados, padres, etc.) e pouco alarido fazem nas ruas.

E a classe trabalhadora?

Os trabalhadores são desviados pelas eleições das suas reais lutas. As lutas dos trabalhadores não são as de tentar obter as melhores paredes de uma cidade para colar cartazes de um partido qualquer, as reais lutas dos trabalhadores são aquelas que eles travam nos locais de trabalho, de habitação, de recreio, por melhores condições de segurança, de habitação, de saúde e cultura, etc.

É a partir destas lutas que são criadas Comissões eleitas em Assembleias Gerais, Comissões estas que são os únicos órgãos representativos da classe trabalhadora, únicos órgãos livremente eleitos pela classe trabalhadora, únicos órgãos capazes de fazer uma constituição revolucionária em conjunto com os partidos verdadeiramente revolucionários. Constituição essa que ponha o poder económico e político nas mãos dos trabalhadores, e únicos órgãos capazes de fazer exercer a ditadura do proletariado, a ditadura da classe operária, da maioria explorada neste país.

Enquanto que desde o 25 de Abril, os trabalhadores têm vindo a ganhar terreno na luta contra o capital ocupando casas e campos, controlando fábricas, obrigando à ilegalização de partidos fascistas, e fazendo vigilância revolucionária, passando agora a assistir na época eleitoral, a uma perda de vigor, na luta concreta para que os partidos atirem os trabalhadores uns contra os outros, na luta para que mais votos para os doutores que vão à assembleia constituinte, e na luta por melhores paredes para colar cartazes.

É assim que começam a surgir por muitos lados os Conselhos Revolucionários. No dia 11 de Março militantes revolucionários fizeram na Marinha Grande a proposta de Conselhos Revolucionários, proposta que foi aceite por operários de partidos diferentes e por operários sem partido. Hoje a criação do Conselho Revolucionário de Marinha Grande é um processo que se desenrola nas três principais fábricas onde se vai proceder à eleição de delegados.

Esta forma de organização saída

das bases trabalhadoras vem mais uma vez contrapor-se ao sectarismo das cúpulas partidárias. E é certo que a grande massa de trabalhadores não se sente representada por nenhum partido nem admite que as organizações partidárias falem em seu nome.

A classe operária não delegou em nenhum partido para que fale em seu nome. As únicas organizações que se podem dizer representativas da classe operária são aquelas que são eleitas pela própria classe com a participação de todos os trabalhadores.

Tem sido até à data o caso de comissões de trabalhadores eleitas em cada local de trabalho. Mas as comissões de trabalhadores, eleitas em assembleia de empresa depois do 25 de Abril têm sido destinadas à luta reivindicativa; têm sido os representantes dos trabalhadores para as reivindicações — salários, leque salarial, férias, condições de trabalho. Apenas a questão dos saneamentos nas empresas tem sido a maior parte das vezes nulo ou insuficiente — caso dos hospitais centrais, caso da Lisnave. A história da criação das comissões de trabalhadores, que culminou com a manifestação de 7 de Fevereiro é a história da organização autónoma dos trabalhadores após o 25 de Abril. Na prática tem sido demonstrado que a assembleia de trabalhadores é soberana e que é ela que controla as comissões. É assim que a maior parte das comissões foi revogada quando deixou de corresponder ou quando traiu os interesses dos trabalhadores, o que nunca aconteceu com direcções sindicais. E é assim que alguns casos as comissões de trabalhado-

res se transformaram em comissões de delegados sindicais, que podem opor-se diametralmente à direcção.

Por muito que custe aos partidos que reclamam que só a organização partidária será a vanguarda da classe operária e que toda ou qualquer organização se deve subordinar ao partido, a organização autónoma de classe não se tem subordinado a partido nenhum. No dia 7 de Fevereiro os militantes partidários desfilarão num cortejo apertado e unitário e quem foi responsável e dirigiu foi a organização autónoma dos trabalhadores, as suas comissões.

Mas esta é a organização reivindicativa. Neste momento, a par desta organização, nasce uma organização autónoma política que são os conselhos revolucionários. Eles correspondem à situação concreta em que se está a viver.

Já poucas organizações que se reclamam da classe operária defendem a possibilidade de democracia burguesa. As organizações de esquerda tem vindo a convergir naquela formulação que o PRP-BR sustentou desde o 25 de Abril — ou o regresso ao fascismo ou Revolução Socialista. Isto é fruto de uma situação objectiva que se mete pelos olhos dentro, uma profunda crise económica social e política com o perigo eminente dum golpe fascista. Sentimos por todo o lado a necessidade dos trabalhadores se organizarem armados, juntamente com os soldados e oficiais revolucionários. Só os trabalhadores armados e unidos poderão garantir que as forças reaccionárias não triunfem.

Núcleo do PRP-BR de VALENÇA

COMUNICADO

AO POVO DE VIANA

Na altura em que o capitalismo português e internacional é atacado pelas massas trabalhadoras, quer nas fábricas, campos latifundiários, quer nos comícios dos seus partidos (PDC, CDS e PPD), dá-se o atentado reaccionário de 11 de Março.

O capitalismo, de cadente e a braços com grande crise a nível mundial, carregado com os seus problemas de desemprego, miséria, crime e corrupção, tenta através de intencionalidades militares, não perder, aquilo que está destinado a ser destruído pela classe trabalhadora — a exploração do homem pelo homem.

E cada vez mais o capitalismo se verá mais atacado e mais os seus agentes se virarão contra os trabalhadores.

Com a prática se vê, que só a violência revolucionária, passando pelo armamento dos trabalhadores e pela aliança dos soldados, marinheiros e oficiais re-

volucionários, poderá por cobro à situação degradante do capitalismo e à instauração do poder socialista dos trabalhadores e do comunismo, através da *Revolução Socialista*.

É pois função de todo o Partido Revolucionário, lutar pela organização da classe, dentro dela, com o fim da tomada revolucionária do poder pelos trabalhadores. É a isso que se propõe o PRP-BR, estimulando a organização autónoma da classe trabalhadora, através da criação das Comissões de Trabalhadores, eleitas pelas assembleias de Empresa, e da criação de comissões por local de habitação, únicos órgãos capazes de exercer o poder democrático — A ditadura do proletariado — a seguir à tomada do poder pela classe organizada.

Na nossa cidade, na tarde de 11 de Março, os trabalhadores dos Estaleiros, da Celnorte, do Eugénio Pinheiro e outras empresas, demonstraram a sua capacidade de

Sedes

ALGÈS — Rua Victor Duarte Pedroso, 15
ALGÈS DE CIMA

AMADORA — Rua Gonçalves Ramos, 40

BARREIRO — Rua Dr. Eusébio Leão, 31

BEJA — Rua Alexandre Herculano, 29

BRAGA — R. Santa Margarida, 169, 1.º

CASTELO BRANCO — Alameda da Liberdade, 16

COVA DA PIEDADE — Estrada Nacional 10, 6
Tel. 2763267 / 2763397 / 2763122

COVILHÃ — Rua Visconde da Corticada, 60

ÈVORA — Largo do Chão das Covas, 21
Tel. 24998

FARO — Rua Dr. Cândido Guerreiro, 35

FERRAGUDO — Rua 1.º de Maio

LISBOA — Sede Central do Partido
Rua Castilho, 70 — Tel. 48119

Organização Regional de Lisboa
Av. da República, 75 (a abrir brevemente)

Jornal "Revolução"
Rua do Arco do Carvalho, 1, 5.º Dt.º — Tel. 682323

LOULÈ — Av. José da Costa Mealha, 32-34

MANGUALDE — Rua Nova, 20

MARINHA GRANDE — Av. 1.º de Maio, 35-37

OLHÃO — Rua 18 de Junho, 64 B-C

PAREDE — Rua Gomes Freire de Andrade, 1

PORTO — Rotunda da Boavista, 76, 3.º Esq.
Tel. 695080

Rua Álvares Cabral, 110
Tel. 315759 / 315786

SACAVÈM — Largo 5 de Outubro, 16-17

SETÚBAL — Colégio Frei Agostinho da Cruz
Rua Jorge de Sousa

VIANA DO CASTELO — Rua José Espergueira
Tel. 22558

VISEU — Rua Cândido dos Reis, 55

Universidades Proletárias

LISBOA — Av. 5 de Outubro, 68
(a abrir brevemente)

ALMADA — Rua Trindade Coelho — CACILHAS
(a abrir brevemente)

mobilização numa altura que se propiciava para a reinstauração do fascismo.

Na tarde de 11 de Março em Viana do Castelo houve unidade revolucionária dos trabalhadores, não existindo nestas situações de luta, ocasião para o sectarismo partidário, que só serve para dividir a CLASSE TRABALHADORA. Embora de um certo modo o PCP reivindicasse a orientação de manifestações, estas foram da classe trabalhadora que aderiu às palavras de ordem que ELA achou justas para o momento. Inclusive foi massivamente aprovado, a exemplo do que se fez noutras regiões do País, a invasão Popular às sedes do PDC e do CDS. Teve

nesta altura o PCP uma atitude desmobilizadora, tentando recusar a invasão numa atitude de controle das massas em movimento. Por outro lado recusou-se o PCP a entrar em manifestações com as organizações da esquerda PRP-BR e FEC.

Quem considera o PCP seus aliados? Os partidos representantes do capital (PDC, CDS e PPD) ou os partidos da esquerda revolucionária, cujos militantes, são militantes da classe trabalhadora e no seio da qual lutam pela libertação da mesma classe do jugo da exploração e do domínio do capital nacional e imperialista.

Núcleo do PRP-BR
de VIANA DO CASTELO

Viana, 13/3/75

Dom Seg Ter Qua Sex Qui Sab

A SEMANA

TERÇA-FEIRA, DIA 15

SEXTA-FEIRA, DIA 18

Regressa a Lisboa o Uige, navio que faz transporte de contingentes militares, e sobre o qual haviam corridos rumores que algo de anormal se passava a bordo.

Anuncia-se que o salário mínimo nacional vai passar para cerca de 4 000\$00, estando a sua aplicação dependente da entrada em vigor de novos Contratos Colectivos de Trabalho.

Ramiro Correia, elemento do Conselho da Revolução, pronuncia-se assim sobre o modo como tem decorrido a actual campanha eleitoral:

«Não há dúvida de que basta assistir a uma sessão de esclarecimento, ou ouvir rádio, durante os tempos dedicados à campanha eleitoral, para nos apercebermos de que esta campanha tem sido qualquer coisa de bárbaro em relação a uma população que, na sua grande maioria, apenas desde há onze meses começou a ouvir falar de partidos políticos e a pensar em política.

No entanto, esperar que as coisas se passassem de outro modo seria idealismo. Ao fim de todo este tempo, e até devido aos interesses que estão em jogo, tenho a impressão de que não poderíamos esperar, neste momento, de uma campanha eleitoral em Portugal, senão esta confusão que actualmente grassa entre nós.

Apesar de tudo, talvez toda esta confusão venha a constituir uma base de trabalho para maior esclarecimento do Povo Português, se conseguirmos sustar os aspectos negativos da campanha e neutralizar determinados perigos. Bastará apresentar à população as causas do tom em que está a processar-se esta campanha eleitoral: os 48 anos de repressão de que saímos e os interesses partidários opostos que se jogam uns contra os outros. E isto será, como disse, aproveitar da confusão para ajudar a mais esclarecer.»

Posto isto, apetece mesmo perguntar que sentido têm as eleições...

O presidente da Comissão de Saneamento do Ministério da Justiça, juiz Eliseu Rodrigues, afirma em Conferência de Imprensa que «a amplitude do saneamento depende da profundidade da revolução em curso. Considerando os marcos em que se desenvolve o presente processo revolucionário, sem modificação radical de estruturas, entendemos que o saneamento deve limitar-se aos que participaram a certo nível na máquina repressiva do anterior regime: Governo, PIDE, Tribunais Plenários, Censura, Legião, União Nacional, e organismos análogos de extensão distrital.»

Mais adiante, após supor possível uma adaptação dos actuais juizes, afirmou:

«O processo português é a luta entre a média burguesia, apoiada pelas massas populares, e a alta burguesia monopolista. Isto nada tem a ver com socialismo. O socialismo não são nacionalizações.»

E, concluindo: «O saneamento, portanto, não pode ser mais profundo.»

SÁBADO, DIA 19

Inicia-se o Congresso Nacional de Trabalhadores Pró-Concelhos Revolucionários. Trabalhadores de 135 empresas e soldados e marheiros de 35 unidades tomaram parte nos seus trabalhos, tal como elementos de diversas organizações partidárias e de movimentos de libertação.

Em Itália, a «Lotta Continua» realizou com o apoio de várias organizações políticas estrangeiras, uma manifestação de apoio à luta dos trabalhadores portugueses, contra as manobras da NATO, contra a tentativa de implantação do neo-colonialismo em Angola e contra a CIA. Estiveram presentes 50 000 pessoas, entre as quais numerosos soldados italianos.

O jornal espanhol «Pueblo» publica uma entrevista com Galvão de Melo em que este afirma que «se um dia fosse necessário, sim, poderia ser a cabeça e até o corpo» de um contra-golpe.. Isto se, após as eleições, não se cumprir a verdadeira covontade do povo português...

Para Galvão de Melo falar assim é porque tem, com certeza, as costas muito quentes...

Em entrevista concedida à ANI, Alvaro Cunhal afirma que «aqui, o capital monopolista de Estado acabou. Acabou a fusão do aparelho do Estado com o poder dos monopólios.»

A nós parece-nos que os monopólios estão a fundir-se com um novo aparelho de Estado, reformista desta vez, e não fascista como até ao 25 de Abril!

Reúne-se o Plenário da Armada, englobado por 287 oficiais, sargentos e pracas, representativos de

todas as unidades e serviços, tendo sido aprovada por unanimidade e aclamação uma moção em que se reconhece o carácter socialista da revolução portuguesa e defende a constituição dum sistema pluripartidário de forma a garantir a construção do socialismo, a defesa eficaz do processo revolucionário e as liberdades democráticas.

Ao lermos estas declarações não podemos deixar de pensar que o aspecto jurídico é um dos elementos fundamentais daquilo a que Marx chamou Superestrutura. Embora seja mais usual pensarmos nos outros dois aspectos (político e ideológico), talvez não fosse mau de todo se nos lembrássemos que a Revolução Socialista tem que atingir, não apenas a infra-estrutura (o aspecto económico, isto é a socialização dos meios de produção), mas a globalidade da superestrutura, incluindo o aspecto jurídico.

DOMINGO, DIA 20

No comício que o CDS tentou levar a cabo em Guimarães, ocorreram graves incidentes, os quais se saldaram em algumas dezenas de feridos e na interrupção do comício.

Deflagra violento incêndio na Gelmar, em Pedroucos, calculando-se os prejuizos em cerca de 10 000 contos.

Segundo alguns elementos da Comissão de Trabalhadores, tudo indica que se trate de fogo posto, por motivos de sabotagem económica.

Enquanto a reacção continua a agir deste modo, Carlos Costa, da Comissão Política do PCP, afirma que «nós não somos adeptos da violência pela violência. Nós desejamos que a revolução democrática passe à revolução socialista pela via pacífica com um mínimo de condições possíveis. E estão criadas as forças necessárias para conseguir este grande objectivo no nosso país.»

SEGUNDA-FEIRA, DIA 21

Segundo o jornal inglês «Sunday Telegraph» a União Soviética envia cerca de 230 mil contos mensais ao PCP; estes fundos seriam fornecidos pelo Narodny Bank de Moscovo, transitando por contas na Suíça e sendo seguidamente transferidos para o Banco Pancada e Morais.

Entretanto, através dum comunicado, o PCP afirma que espera «que aqueles que se apresaram a difundir a falsa notícia a desmintam, consultando as entidades bancárias citadas.»

Em entrevista concedida à BBC, o Brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho pronunciou-se sobre as elei-

ções, tendo dito não haver nenhum partido pelo qual se possa votar e que as eleições não vão mostrar, de forma nenhuma, a verdade que o povo quer.

Eatas importantes afirmações, pelo seu conteúdo e pela data em que foram feitas — quatro dias antes das eleições! — provocaram uma reacção enérgica por parte do director do «Jornal Novo», o qual, em Editorial, pretendeu chamar o Comandante-Adjunto do COPCON ao que julga serem as responsabilidades (eleitoralistas...) inerentes a tão elevado cargo!

— O PPD, desta vez através do seu ministro sem pasta Magalhães Mota, prossegua na sua campanha de injúrias ao MFA: «Um papel em branco não é bem um voto. É uma demissão, um convite aberto para que, nós, algum ou alguns, digam o que nos faltou de coragem para dizer que façam aquilo que sabemos que não devia ser feito. É tão fácil que alguém lá ponha uma cruz logo a seguir a termos entregue o tal papel em branco.

Santos Silva foi ainda mais longe: «A todos os portugueses compete irer votar, não em branco, pois isso seria a sua degradação cívica, seria aceitar docilmente e sem revolta, a possibilidade da ditadura.»

Camaradas revolucionários do MFA, estejam atentos às provocações reacçãoárias da direita!

TERÇA-FEIRA, DIA 22

— É publicado o relatório preliminar do 11 de Março.

Do relatório do RAL 1, elaborado pelo major Dinis de Almeida, destacamos: «Foram distribuídas armas à população civil... mediante entrega ou registo da respectiva identificação...»

— Realiza-se em Lisboa uma manifestação de protesto contra o recente decreto-lei que regula as ocupações de casas. O PRP-BR aderiu a esta manifestação.

LÊ, ASSINA E DIVULGA REVOLUÇÃO



Costa Gomes recebe Jorge de Melo, um dos principais administradores do grupo CUF.

Realiza-se uma manifestação de apoio às recentes nacionalizações. Nela tomam parte o PCP, MDP/C-DE, MES e FSP; uma vez chegados a S. Bento, os manifestantes chamaram durante muito tempo pela presença do Primeiro-Ministro, o qual apenas recebeu uma delegação.

De salientar as ausências do PS e do PPD...

QUINTA-FEIRA, DIA 17

E anunciado para breve o controle por parte do Estado das empresas de adubos.

Através de um comunicado, a Comissão Nacional das Eleições pronuncia-se sobre o significado do voto em branco: «Não se trata de uma abstenção, de uma ausência, mas de uma presença que, nestas precisas circunstâncias, tem um sentido patriótico, um sentido revolucionário.»

O4.º Governo Provisório decide reconhecer o Governo Real de União Nacional do Camboja (GRUNK), passadas que eram algumas horas sobre a tomada de Phnom Penh pelas forças revolucionárias.»

Revolução

Composição e impressão: MIRANDELA & C.ª — Trav. Condessa do Rio, 7-9 /// Distribuição: DIG — Rua das Chagas, 2 — Lisboa

EDITORIAL

VOTO EM BRANCO

O PRP-Brigadas Revolucionárias VOTA EM BRANCO. Os militantes, simpatizantes e aderentes do PRP-BR votam em branco. É este mesmo voto que recomendamos à população. O voto em branco é uma abstenção activa, pode ser uma abstenção revolucionária. Contra o eleitoralismo, contra as eleições que nada resolvem, contra o sectarismo desenfreado dos partidos eleitorais, nós proclamamos o VOTO EM BRANCO.

As eleições nada resolvem e nunca em nenhuma parte do mundo os trabalhadores tomaram o poder através de eleições. O poder toma-se pela força.

As eleições servem a direita portuguesa e o imperialismo. Dão lugar à propaganda dos partidos de direita, como o CDS e o PPD, que, como partidos de capitalistas que são, têm largas possibilidades financeiras para actuar por todo esse país fora. Permitem que os lobos do CDS (capazes das maiores tiranias) se vistam de cordeiros diante das câmaras da televisão, conquistando os votos de populações não esclarecidas, que vão pesar tanto para os resultados, como os votos do proletariado de vanguarda. E enquanto jogam nas eleições, os capitalistas jogam ao mesmo tempo na hipótese de fazerem um golpe reaccionário, ou de simplesmente abrirem as portas do país à intervenção americana.

Enquanto as eleições, a moderação e conciliação do Governo permitem tais possibilidades à direita, os partidos que se reivindicam da classe operária combatem-se entre si sectariamente, fanaticamente. Podemos dizer que os partidos têm gasto o melhor das suas energias e dos seus militantes no combate sectário entre si. E o espectáculo do sectarismo (que em casos de partidos da coligação governamental atinge carácter policial ou de banditismo) é com certeza uma arma nas mãos do imperialismo.

Não acreditamos nas hipóteses reformistas de partidos como o P.S. ou P.C. que sonham saídas impossíveis: o primeiro pretendendo construir a social democracia europeia (que é capitalismo) em Portugal, o segundo pretendendo caminhar "rumo" ao socialismo, reforma a reforma, conciliando classes, mas estabelecendo a ditadura do seu partido. Qualquer das duas hipóteses conduz à derrota dos trabalhadores. Discordamos dos partidos da esquerda revolucionária que embarcaram nestas eleições burguesas e que, para entrarem na corrida eleitoral, largaram barcos e remos da organização operária e da luta revolucionária.

Denunciamos as toneladas de papel, as centenas de milhares de contos gastos na propaganda partidária (dinheiro esse que os trabalhadores têm o direito de saber donde vem) apelando aos sentimentos burgueses e egoístas de cada um, como se anunciasses detergentes ou máquinas de lavar. Esse dinheiro não é gasto nem na propaganda da revolução nem em palavras de ordem para a organização da classe operária.

Os resultados das eleições demonstrarão a quem elas servem.

Mas os mais conscientes, a vanguarda da classe, têm também demonstrado que são capazes de ter um voto que diz não às eleições — O VOTO EM BRANCO. Aqueles que combatem as eleições, aqueles que não querem votar em partidos, não fiquem em casa no dia 25 de Abril — ponham nas urnas O VOTO EM BRANCO.

E ponha-se o proletariado a cumprir a sua tarefa principal e urgente — a organização para a tomada do poder. Porque só haverá socialismo quando nos lugares dos ministros burgueses estiverem trabalhadores eleitos pela classe. O socialismo não pode ser decreto conduzido pelos senhores do CDS e do PPD que forem eleitos. O socialismo só existirá quando por todo o lado — nas empresas, nos locais de habitação, nos quartéis — se formarem Conselhos Revolucionários para a tomada do poder.

A hora não é de eleições para a burguesia, é do poder para o proletariado! Contra o perigo da reacção, contra o imperialismo só o proletariado organizado e em armas pode sair vitorioso.

Organizemo-nos desde já para um 1.º DE MAIO que seja uma grande jornada de actividade dos trabalhadores portugueses, para a tomada do poder.



105.º ANIVERSÁRIO DE LENINE

Fez no dia 22 de Abril, 105 anos que nasceu Vladimir Ilitch Ulianov, o imortal Lenine, leader da Revolução, que levou o proletariado ao poder transformando a Rússia, autocrática e feudal, no primeiro estado socialista do mundo.

Depois de várias lutas desenroladas através da história contra a burguesia, aristocracia e todos os opressores, o proletariado atingiu a sua emancipação, em 1917, levando a cabo a Revolução Socialista vitoriosa e exercendo a sua ditadura sobre aqueles que o tinham oprimido e explorado. O triunfo da Revolução Socialista teve repercussões no mundo do seu tempo e prolongou-se até aos nossos dias trazendo a crença na vitória do socialismo e do comunismo, a todos os proletários, povos e nações oprimidos que hoje como no passado, lutam pela sua emancipação pela derrota final do capitalismo, pela construção da sociedade sem classes: o Comunismo!

Põe-se agora no nosso país, a alternativa da tomada do poder pelo proletariado, como única alternativa a novas formas de dominação ou ao regresso ao fascismo. Está na ordem do dia a palavra de ordem de Lenine: "TODO O PODER AOS SOVIETES".

É seguindo Lenine que o proletariado português começou a criar o seus Conselhos Revolucionários, que serão o embrião dos soviets, órgãos do poder da DITADURA DA CLASSE.

É seguindo Lenine e todos os revolucionários do passado que deram aos povos do mundo inteiro uma perspectiva internacionalista que hoje, como no tempo de Marx e Engels, repetimos:

PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES
POVOS E NAÇÕES OPRIMIDAS
DO MUNDO, UNI-VOS



Assinatura

Queiram considerar-me assinante na modalidade abaixo assinalada:

NOME

MORADA

LOCALIDADE

PROFISSÃO

LOCAL DE TRABALHO

ASSINATURA: Semestral — 85\$00

Anual — 170\$00

PAGAMENTO: Em cheque

Em Vale